

# A abstração real e o dado

Jean-Pierre Caron

## A Abstração Real e o Dado<sup>1</sup>.

J.-P. CARON

### Resumo:

Recentemente tem havido uma onda de interesse nas possíveis relações entre o pensamento marxista e a filosofia que decorre da influência e do ensino de Wilfrid Sellars, principalmente dentro do que se costuma chamar de escola de Pittsburgh. Este artigo pretende contribuir para essa discussão, abordando brevemente um aspecto específico desse tópico, a saber, a questão da possível relação entre as abstrações reais no arcabouço marxiano com o problema sellarsiano da crítica ao Dado. Primeiramente, caracterizaremos brevemente a crítica de Sellars a *duas formas principais* do Dado, seguida de uma resposta preliminar à questão sobre como a categoria da abstração real pode ser problematizada pelo arcabouço

---

<sup>1</sup> Uma versão inicial, bem mais resumida, deste texto foi publicada como seção XII do *Atlas of Experimental Politics*, de autoria do coletivo *Subset of Theoretical Practice*, na revista SUM#17: <https://www.sum.si/journal-articles/atlas-de-politica-experimental>. Meus agradecimentos aos companheiros do STP e aos editores da revista SUM.

Fundamental para isso também foi a apresentação que fiz na *School of Materialist Research*, pela qual agradeço a Katerina Kolozova pelo convite. Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=C2cdcETip5g>.

Agradeço também aos amigos, colegas e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do *New Centre for Research and Practice*, com quem venho discutindo algumas dessas ideias há algum tempo, particularmente em curso ministrado nesta última instituição, cuja primeira aula pode ser acessada gratuitamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=sYURfPR5ReM>.

A meus colegas membros do CPC, especialmente a Cássia Siqueira e Matheus Ferreira; e meus amigos Uspianos da “festa no outro apartamento”, Bruno Belém e Régis Alves. Agradecimentos especiais para Rafael Moscardi, que foi um interlocutor constante durante todo o tempo de escrita deste texto.

Aos amigos e colegas editores da *Crise e Crítica* Mirian Monteiro Kussumi e Pablo Azevedo.

Por fim, agradeço a Luiz Philipe de Caux o empréstimo do volume em alemão das obras de Sohn-Rethel usadas neste texto. Mais sobre essas questões editoriais e de tradução, a seguir.

sellarsiano. Isso nos permitirá oferecer uma expressão mais completa de nossa hipótese, a qual seguiremos com a apresentação de *duas teses* sobre a abstração real que podemos extrair de Sohn-Rethel. Em seguida, revisitaremos brevemente alguns motivos althusserianos e a crítica feita a eles por J. A. Giannotti. Isso nos colocará em condições de relacionar mais estreitamente os recursos, tanto de Sohn-Rethel, quanto de Sellars, por intermédio do debate Giannotti-Althusser. Por fim, daremos uma resposta sobre em que condições a abstração real pode ser compatibilizada com a crítica sellarsiana do Dado, que por sua vez pode oferecer uma imagem específica do *desdobramento interno* (do ponto de vista do agente cognitivo) de experimentos políticos que mobilizam modelos específicos de abstração real. Esta hipótese será relacionada a uma estrutura desenvolvida pelo coletivo Subconjunto da Prática Teórica que, ao final, justificará uma crítica a uma possível *terceira* forma do Dado que podemos extrair de Sellars.

**Palavras-chave:** Sellars, Wilfrid (1912-1989); Sohn-Rethel, Alfred (1899-1990); Giannotti, José Arthur (1930- 2021); Abstração Real; Epistemologia; Marxismo; Forma-valor.

**Abstract:**

There's been a surge of interest in the possible relationships between Marxian thought and the philosophy that stems from the influence and teaching of Wilfrid Sellars, mainly within what is usually called The Pittsburgh school. This paper intends to contribute to this discussion by briefly tackling one specific aspect of this topic, namely, the issue of the possible relationship between real abstractions in the Marxian framework to the Sellarsian problem of the critique of the Given. First,

we will briefly characterize Sellars's critique of the Given, which is followed by a preliminary answer to the question about how the category of real abstraction can be problematized by the Sellarsian framework. This will enable us to offer a more complete expression of our hypothesis, which we shall follow with a presentation of *two theses* on real abstraction that we can extract from Sohn-Rethel. After that, we shall revisit briefly some Althusserian motifs, and the critique made thereof by J.A. Giannotti. This will put us in a position to relate more closely the resources of both Sohn-Rethel and Sellars by the intermediation of the Giannotti-Althusser debate. Finally, we shall give an answer regarding under what conditions can real abstraction be compatibilized with the Sellarsian critique of the Given, which can in turn offer a specific image of the *internal unfolding* (from the point of view of the cognitive agent) of political experiments predicated on the reality of the abstraction they themselves instantiate. This will be related to a framework developed by the Subset of Theoretical Practice for dealing with political experimentation that would in the end vindicate a critique of a possible *third* form of the Given that we can extract from the Sellarsian critique.

**Keywords:** Sellars, Wilfrid (1912-1989); Sohn-Rethel, Alfred (1899-1990); Giannotti, José Arthur (1930- 2021); Real Abstraction; Epistemology; Marxism; Value-form.

### **Introdução.**

Recentemente tem havido uma onda de interesse nas possíveis relações entre o pensamento marxista e a filosofia que

decorre da influência e do ensino de Wilfrid Sellars, principalmente dentro do que se costuma chamar de escola de Pittsburgh<sup>2</sup>. Este artigo pretende contribuir para essa discussão abordando brevemente um aspecto específico desse tópico, a saber, a questão da possível relação entre as abstrações reais no arcabouço marxiano com o problema sellarsiano da crítica ao “mito do Dado”.

Como em toda comparação entre tradições divergentes, deve-se observar o que cada um dos lados comparados pode contribuir ao outro. Por seu lado, Sellars traz à tona uma importante distinção entre a racionalidade e o espaço de conceitos em que nos encontramos enredados enquanto agentes racionais, e o “espaço material de causas”, que é a determinação natural destes mesmos agentes. Mas essa distinção é funcional e não metafísica. Aqui, pode-se encontrar um uso para Sellars no marxismo, qual seja, o de dar corpo em termos funcionais ao problema da determinação abstrata pelo Capital – em um sentido a ser definido a seguir. Isso equivaleria a um exercício de epistemologia política, no sentido de analisar as maneiras pelas quais a forma de determinação social, segundo o pensamento marxiano, por meio do conceito de abstração real, influenciaria os meios disponíveis de obtenção de conhecimento do mundo. Por seu lado, o conceito marxista de determinação formal social pode trazer algo para o âmbito da filosofia sellarsiana que, a princípio, teria dificuldade de encontrar lugar nas partilhas entre normas e padrões, afiguração (*picturing*) e significação (*signifying*) que caracterizam esta filosofia.

---

<sup>2</sup> Eu citaria, como representantes desse interesse contemporâneo pelo assunto, os trabalhos recentes de Ray Brassier, Mattin, Carl Sachs, Justin Evans, Jacob McNulty, Kyrill Potapov, entre outros.

Uma suposição metodológica será concentrar-se principalmente na interpretação da abstração real proposta por Alfred Sohn-Rethel. Entendemos a tentativa de Sohn-Rethel de fornecer uma explicação materialista do sujeito transcendental e suas categorias como oferecendo um ponto de vista mais compatível com as preocupações em larga medida kantianas da filosofia de Sellars. Se Sellars já estava interessado em uma versão *materialista transcendental* de Kant, então uma leitura materialista da gênese das categorias do entendimento por Sohn-Rethel poderia, pelo menos, oferecer uma passagem viável entre a tradição marxista e a tradição sellarsiana – uma que poderia render um circuito interessante entre a prática material e a emergência de idealidades segundo ambos os autores. Mas, além desse ponto de identificação, consideramos que a interpretação da abstração real proposta por Sohn-Rethel é a mais *herética* do ponto de vista da divisão tradicional entre idealismo e materialismo, e a que oferece o maior desafio à crítica sellarsiana do Dado, conforme veremos a seguir. A suposição metodológica por trás desta escolha é a de que, se a compreensão sohn-retheliana da abstração real sobreviver ao bisturi sellarsiano, teremos construído uma compreensão mais robusta do caráter dessa abstração real, da forma das restrições que ela impõe à ação e aos agentes individuais, e da forma como ela determina o pensamento conceitual.

Primeiramente, caracterizaremos brevemente a crítica de Sellars a *duas formas principais* do Dado, seguida de uma resposta preliminar à questão sobre como a categoria da abstração real pode ser problematizada pelo arcabouço sellarsiano. Isso nos permitirá oferecer uma expressão mais completa de nossa hipótese do que a que esboçamos até aqui, a qual seguiremos com a apresentação de *duas teses* sobre a abstração real que podemos extrair de Sohn-

Rethel. Em seguida, revisitaremos brevemente alguns motivos althusserianos, e a crítica feita a eles por J. A. Giannotti. Isso nos colocará em condições de relacionar mais estreitamente os recursos, tanto de Sohn-Rethel, quanto de Sellars, por intermédio do debate Giannotti-Althusser. Por fim, daremos uma resposta sobre em que condições a abstração real pode ser compatibilizada com a crítica sellarsiana do Dado, que por sua vez pode oferecer uma imagem específica do *desdobramento interno* (do ponto de vista do agente cognitivo) de experimentos políticos que mobilizam modelos específicos de abstração real. Esta hipótese será relacionada a uma estrutura desenvolvida pelo coletivo Subconjunto da Prática Teórica que, ao final, justificará uma crítica a uma possível *terceira* forma do Dado que podemos extrair de Sellars.

### I. Introduzindo o dado.

O conceito de “dado” na obra de Wilfrid Sellars é notoriamente difícil de determinar de forma exaustiva, não por uma dificuldade em identificar o seu referente, mas pela multiplicidade das formas assumida por ele. O Dado pode sempre aparecer sob uma forma diferente daquelas já exorcizadas pela crítica anterior. Na obra de Sellars, duas formas são mais amplamente reconhecidas: a *epistêmica* e a *categorial*. Ilustraremos cada uma delas com uma passagem de sua obra, as quais seguiremos, ao final deste texto, com uma terceira forma do Dado, extraída pelas lentes de Willem DeVries.

A tríade inconsistente é possivelmente a mais conhecida passagem em Sellars que apresenta o Dado em ação. Ela aparece no artigo *Empirismo e a filosofia da mente*<sup>3</sup>.

A) 'X sente o conteúdo dos sentidos [vermelho] s' implica 'X sabe não inferencialmente que s é vermelho'.

B) A habilidade de sentir conteúdos dos sentidos é não adquirida.

C) A habilidade de saber fatos da forma 's é φ' é adquirida.

Segundo Sellars, sustentar A e B implica negar C; sustentar B e C implica negar A; sustentar A e C implica negar B.

A interpretação de Sellars da tríade atribui ao Dado a transmissão de força justificatória entre sentir e conhecer, como se o sentir por si fosse suficiente para constituir um episódio de *conhecimento* sobre o conteúdo sentido. Implícita na crítica de Sellars está a diferenciação entre *cadeias causais* e *cadeias justificatórias*. A justificação é um elemento *normativo*, no sentido de estar sujeita a avaliações de adequação e correção, enquanto a causalidade não é. O conhecimento também é normativo no sentido de constituir-se de expressões *justificadas*.

Cadeias justificatórias são constituídas pela sustentação de normas, ou seja, por regras revisáveis de avaliação aplicadas a conteúdos sensíveis ou a puros acontecimentos. A aceitação da crítica de Sellars ao Dado epistêmico implica que o conteúdo sensível que se tem não é capaz de justificar por si só, *na ausência de conteúdos de tipo conceitual*, outras inferências. Um papagaio pode

---

<sup>3</sup> Sellars, 2008, § 6.

ser capaz de correlacionar corretamente a palavra “Vermelho” com coisas vermelhas, mas não é capaz de extrair as consequências de chamar uma coisa vermelha de “Vermelho” – a saber, por exemplo, que ela é “não-azul”, que é “colorida”, que “tem uma extensão espacial” etc. O conteúdo sensível é necessário, mas por si só não é suficiente para o conhecimento de fatos da forma “A é Vermelho”. Para que estes sejam obtidos, é preciso que o conteúdo sensível seja posto em uma rede inferencialmente articulada com outros conteúdos- rede, esta articulada na esfera conceitual.

O ponto essencial é que, ao caracterizar um episódio ou um estado como aquele de *saber*, não estamos dando uma descrição empírica de tal episódio ou estado; nós o estamos situando no espaço lógico das razões, do justificar e ser capaz de justificar o que se diz<sup>4</sup>.

Isso, em última análise, significa que ser causado não é equivalente a *conhecer* o que se causa, o que, por sua vez, implica em rejeitar A como consistindo em uma forma do Dado. Willem DeVries expressa o Dado como uma tentativa equivocada de satisfazer duas condições ao mesmo tempo:

O dado é *epistemicamente independente*, isto é, qualquer que seja o status epistêmico positivo que nosso encontro cognitivo com o objeto tenha, ele não depende do status epistêmico de nenhum outro estado cognitivo. [...] E é *epistemicamente eficaz*, ou seja, pode transmitir status epistêmico positivo a outros estados cognitivos nossos<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Ibidem, § 36.

<sup>5</sup> “The given is *epistemically independent*, that is, whatever positive epistemic status our cognitive encounter with the object has, it does not depend on the epistemic status of any other cognitive state. [...] It is *epistemically efficacious*, that is, it can transmit positive epistemic status to other cognitive states of ours” (DeVries, 2005, p. 98-99).

Isto com relação à forma epistêmica do Dado. A forma *categorial* do Dado, por outro lado, pode ser exposta mais claramente nos *Fundamentos para uma metafísica do puro processo* (as *Carus Lectures*):

Se uma pessoa está diretamente ciente de um item que tem status categorial C, então a pessoa está ciente dele *como tendo status categorial C*.

Este princípio é, talvez, a forma mais básica do que eu chamei de “O Mito do Dado”. Rejeitar o Mito do Dado é rejeitar a ideia de que a estrutura categorial do mundo – se este tem uma estrutura categorial – se impõe à mente como um selo se impõe à cera derretida<sup>6</sup>.

A partir dessas breves notas, começa a emergir uma imagem segundo a qual uma certa forma de *realismo* é combinada com a filosofia *transcendental*: a realidade não tem forma proposicional, o que significa que toda compreensão dela depende dos recursos e processos de tentativa e erro de nossa linguagem e dos sistemas cognitivos disponíveis. Mas a realidade também não é *produzida* por esta linguagem, possuindo existência independente da mente. Como James O’Shea expressou,

Na visão peirceana-kantiana de Sellars, nós “atacamos” a natureza com sistemas conceituais governados por regras fabricadas pela razão. Aprendemos, então, por experiência ou teste, que ou bem o mundo, como conceitualmente respondemos a ele em nossos julgamentos perceptivos, ‘conforma-se a’ nossas representações conceituais tal como estão

---

<sup>6</sup> “If a person is directly aware of an item which has categorial status C, then the person is aware of it as having categorial status C. This principle is, perhaps, the most basic form of what I have castigated as “The Myth of the Given.”. To reject the Myth of the Given is to reject the idea that the categorial structure of the world – if it has a categorial structure – imposes itself on the mind as a seal imposes itself on melted wax” (Sellars, 1981).

(a ideia kantiana copernicana), ou devemos modificá-las em nossa busca contínua por coerência explanatória por meio de uma *mudança conceitual criticamente controlada* (a ideia pragmatista peirceana)<sup>7</sup>.

Isso corresponde, na filosofia de Sellars, aos sucessivos quadros de referência que dão conta do surgimento da *imagem científica*, a partir do que ele chamou de *imagem manifesta do ser humano no mundo*. Embora a imagem manifesta seja *tão histórica quanto a científica*, ela torna-se naturalizada, constituindo nossa consciência de nós mesmos enquanto agentes autodeterminados em um mundo composto por objetos molares. A imagem científica emerge do aparato lógico historicamente constituído no interior da imagem manifesta, eventualmente abrindo um vão no interior desta, no sentido de que os objetos molares e agentes autodeterminados que lhes são característicos não são encontrados na nova imagem, constituída pelas entidades das ciências particulares, das quais o exemplo paradigmático é fornecido pelas entidades da física – no limite, moléculas, partículas subatômicas, campos de força etc. Mas Sellars, não obstante o desacordo entre as imagens com relação às entidades de base, como um realista científico, sustenta que a imagem científica deve ter a última palavra sobre aquilo que é. Isso coloca o problema da relação entre as imagens – no sentido de que, ainda que a Imagem Científica tenha a última palavra enquanto *descrição* da realidade, seu aparato lógico é dependente de

---

<sup>7</sup> “On Sellars’ Peircean-Kantian view, we ‘attack’ nature with rule-governed conceptual systems of reason’s own making. We then learn by experience or by testing that either the world as we have conceptually responded to it in our perceptual judgments ‘conforms to’ our conceptual representations as they stand (the Kantian Copernican insight), or we must modify the latter in our ongoing quest for explanatory coherence through *critically controlled conceptual change* (the Peircean pragmatist insight)” (O’Shea, 2007, p. 150).

protocolos de racionalidade plasmados no interior da Imagem Manifesta. Voltaremos a isso em outro momento deste texto.

Agora temos condições de expressar nosso problema mais adequadamente. De um lado, a rejeição a ambas as formas do Dado exige uma divisão de trabalho entre conteúdos sensíveis e aparato conceitual. Conteúdos sensíveis não podem comunicar normas (como *no dado epistêmico*) ou categorias (como *no dado categorial*) *por si mesmos*. Para tanto, eles exigem o funcionamento do conceito. Por outro lado, a ideia de abstração real proposta pelo pensamento marxista foge das divisões tradicionais entre o mental e o real, o abstrato e o concreto, o sensível e o conceitual, comprometendo-se com uma figura da abstração causalmente eficaz que “é a forma do pensamento anterior e externa ao pensamento”<sup>8</sup> – o que equivale a uma “verdadeira expropriação do pensamento abstrato”<sup>9</sup>. Como tal, a categoria da abstração real não parece respeitar os limites entre o conceitual e o sensível exigidos pela crítica ao Dado. Sob que condições podemos manter uma distância do Dado ao mesmo tempo em que sustentamos a realidade da abstração real será a pergunta que orienta o restante deste texto.

## II. Introduzindo a Abstração Real.

Em *Warenform und Denkform*, Sohn-Rethel apresenta, de forma muito contundente, a heresia da abstração real:

Em outras palavras, a origem da abstração da mercadoria está, segundo a definição de Marx, em uma esfera que escapa completamente à linguagem

<sup>8</sup> “is the form of the thought previous and external to the thought” (Žižek, 1989, p. 44).

<sup>9</sup> “a veritable expropriation of abstract thought” (Toscano, 2008, p. 280).

conceitual do pensamento metafísico tradicional. No pensamento metafísico, somos encaminhados das coisas para a consciência e da consciência para as coisas; não há uma terceira coisa. Inversamente, a relação social da qual surge a abstração de valor das mercadorias não pode ser compartilhada dicotomicamente entre coisas e consciência. De acordo com os conceitos tradicionais, o fenômeno da abstração-mercadoria é um absurdo, algo que simplesmente não pode existir. É, como disse Marx, um processo espaço-temporal e de natureza causal, mas o que produz é uma abstração, ou seja, um efeito de natureza conceitual. O pensamento metafísico não permite um elo comum entre o mundo espaço-temporal das coisas e o mundo das ideias, são esferas antinomicamente separadas. No entanto, a abstração da mercadoria, segundo Marx, é construída de tal forma que pertence às duas esferas juntas; precisamente nisso reside sua peculiaridade<sup>10</sup>.

Sohn-Rethel refere-se aqui, especificamente, à abstração de troca como objeto principal de sua análise: o próprio fato de que, na troca, diferentes elementos fenomenais são considerados equivalentes, não obstante suas configurações sensíveis – uma equivalência de valor que encontra sua plena expressão no dinheiro que, por sua vez, pode ser utilizado para gerar mais valor na forma de capital.

---

<sup>10</sup> „Mit adern Worten, der Ursprung der Warenabstraktion liegt, der Marxschen Bestimmung zufolge, in einer Sphäre, die der Begriffssprache des traditionellen metaphysischen Denkes völlig entgeht. Im metaphysischen Denken werden wir von den Dingen auf das Bewußtsein und vom Bewußtsein auf die Dinge verwiesen, etwas Drittes gibt es nicht. Die gesellschaftliche Relation, aus der die Wertabstraktion der Waren entspringt, ist gerade umgekehrt nicht auf die Dichotomie von Dingen und Bewußtsein aufteilbar. Das Phänomen der Warenabstraktion ist nach traditionellen Begriffsmaßstäben ein Unding, etwas, das es schlechterdings nicht geben kann. Es ist, wie Marx es bestimmt, ein raumzeitlicher Vorgang und von kausaler Natur, aber was es hervorbringt, ist eine Abstraktion, also eine Wirkung von begrifflicher Art. Zwischen der raumzeitlichen Dingwelt und der ideellen Begriffswelt lässt das metaphysische Denken kein gemeinsames Glied zu, sie sind antinomisch geschiedene Sphären. Die Warenabstraktion nach Marx ist aber gerade so konstruiert, das sie beiden Sphären gemeinsam angehört; eben hierin liegt ihre Eigenart“ (Sohn-Rethel, 2018, p.93-94).

Aqui podemos expressar o que consideraremos a *primeira tese de Sohn-Rethel*: a abstração da troca opera uma forma de *síntese social*.

[A síntese social é] a rede de relações pela qual a sociedade forma um todo coerente. (...) À medida que as formas sociais se desenvolvem e mudam, o mesmo acontece com a síntese que mantém coesa a multiplicidade de vínculos que operam entre os homens de acordo com a divisão do trabalho. Pois toda sociedade formada por uma pluralidade de indivíduos é uma rede que se efetiva por meio de suas ações. Como eles agem é de primordial importância para a rede social; o que eles pensam é de importância secundária. Suas atividades devem se relacionar para se conectarem em uma sociedade e devem conter pelo menos um mínimo de uniformidade para que a sociedade funcione como um todo. Essa coerência pode ser consciente ou inconsciente, mas deve existir – caso contrário, a sociedade deixaria de ser viável e os indivíduos sofreriam como resultado de suas múltiplas dependências uns dos outros<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> “[Social synthesis is] the network of relations by which society forms a coherent whole. It is around this notion that the major arguments of this book will revolve. As social forms develop and change, so also does the synthesis which holds together the multiplicity of links operating between men according to the division of labour. For every society made up of a plurality of individuals is a network coming into effect through their actions. How they act is of primary importance for the social network; what they think is of secondary importance. Their activities must interrelate in order to fit into a society and must contain at least a minimum of uniformity if the society is to function as a whole. This coherence can be conscious or unconscious but exist it must – otherwise, society would cease to be viable and the individuals would come to grief as a result of their multiple dependencies upon one another” (Sohn-Rethel, 2021, p. 4). O leitor notará que usaremos a versão *inglesa* da obra principal de Sohn-Rethel, *Trabalho intelectual e manual*. Isto se deve ao fato de nosso artigo ter sido redigido inicialmente em inglês – versão ainda no prelo no momento da publicação do mesmo em português – para a qual foi usada a tradução disponível. Ocorre que, ao cotejar esta versão inglesa – estabelecida pelo próprio Sohn-Rethel juntamente ao seu filho Martin, tradutor da mesma – com os originais em alemão, nenhuma das edições alemãs – de 70, 73 e 89 – correspondeu identicamente à tradução inglesa. Considerando o *status* já canônico do texto em inglês, mantivemos a referência a esta versão quando se trata de citações desta obra – e que, frequentemente, não se encontram nas edições alemãs. As citações de demais obras de Sohn-Rethel foram vertidas diretamente do alemão.

O conceito de síntese social é interessante, na medida em que supõe a possibilidade de localizar em nós específicos da rede de relações (que é o todo social) aqueles responsáveis pela sua reprodução enquanto uma totalidade de tipo particular. As práticas específicas responsáveis pela síntese são historicamente variáveis. No início da parte 2 de *Trabalho intelectual e manual*, Sohn-Rethel propõe a troca como o modo de síntese característico das *sociedades de apropriação*, em distinção às *sociedades de produção*.

Já mencionamos o fator pelo qual as condições de produção dentro das sociedades de classes diferem daquelas das sociedades sem classes. O contraste depende da natureza diferente da síntese social. Se uma sociedade tem a forma de sua síntese determinada pela relação de trabalho no processo de produção, derivando assim sua ordem fundamental diretamente do processo de trabalho da ação do homem sobre a natureza, então a sociedade é, ou tem a possibilidade de ser, sem classes. Referimo-nos a tais sociedades sob o termo de Marx “modos de produção comunais”. O trabalho é feito ou coletivamente por membros de uma tribo, ou, se feito individualmente ou em grupos, os trabalhadores sabem o que todos os outros fazem e trabalham em conjunto. As pessoas criam sua própria sociedade como produtores. Esta estrutura nos permite chamá-las de ‘sociedades de produção’. A alternativa é uma forma de sociedade baseada na apropriação<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> “We have already made mention of the factor by which the conditions of production within class societies differ from those of classless ones. The contrast hinges on the different nature of the social synthesis. If a society has the form of its synthesis determined by the labour relationship in the production process, thus deriving its fundamental order directly from the labour process of man's acting upon nature, then the society is, or has the possibility of being, classless. We have spoken of such societies under Marx's term ‘communal modes of production’. Labour is either done collectively by members of a tribe, or if done individually or in groups the workers still know what each one does, and work in agreement. People create their own society as producers. The structure enables us to call them ‘societies of production’. The alternative is a form of society based on appropriation” (Ibidem, p. 69).

O autor passa a caracterizar as sociedades de apropriação como aquelas em que os homens não *apropriam* seus meios de subsistência *simplesmente da natureza*, mas se lhe apropriam uns dos outros *no interior da sociedade* – enquanto não-trabalhadores apropriando-se do produto do trabalho de trabalhadores. Este é um aspecto de como se opera a síntese social: quando diferentes processos de trabalho são executados privadamente por diferentes produtores, é a troca que comunica na prática um produtor a outro.

Em uma sociedade baseada no que Marx chama de modo comunitário de produção, onde o trabalho é realizado de forma diretamente social, ou seja, coletivamente, ou, se feito separadamente, de forma a permitir que cada trabalhador saiba o que todos os outros estão fazendo, essa direção socialmente indispensável do trabalho social é feita pelos próprios trabalhadores, ou em seu nome por acordo e planejamento. Mas a produção de mercadorias surge quando, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, esses laços comunais se rompem e os produtores trabalham como produtores privados agindo independentemente uns dos outros. Então, a rede social depende da atuação, não dos produtores, mas dos proprietários, acionados pelo interesse em sua propriedade. Essa atividade assume, de uma maneira ou de outra, a forma da troca<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> “In a society based on what Marx calls a communal mode of production where work is carried out in a directly social way, i.e., collectively, or if done separately, in a manner permitting every worker to know what every other one is doing, this socially indispensable direction of social labour is done by the labourers themselves, or on their behalf by agreement and by planning. But commodity production arises when, because of the development of the productive forces, these communal ties break up and the producers work as private producers acting independently of each other. Then the social network depends on the activities, not of the producers, but of the owners, activated by the interest in their property. This activity takes on, in one way or another, the form of exchange” (Ibidem, p. 41).

Para Sohn-Rethel, a abstração real surge no *ato de troca* que é considerado espacial e temporalmente separado do ato de *uso*, de forma que, por exemplo, durante uma troca no mercado, não se pode usar os produtos expostos para além dos testes e provas que possam conduzir ao ato de troca. Nesse sentido, é a própria troca que está produzindo a abstração, pelas costas dos envolvidos na atividade de troca. Os negociadores estão ocupados com os *valores de uso* dos bens que estão trocando. A equivalência que é traçada entre diversos itens não é produzida em suas mentes, caso contrário, eles não teriam um motivo para a troca: a troca é impulsionada exatamente pela não-equivalência nos valores de uso, mas sua realização estabelece uma equivalência no nível do *valor de troca*. Isso significa que, diferentemente da compreensão empirista do conceito, a abstração aqui não é feita na mente, mas na prática social concreta. Como Sohn-Rethel afirma:

A troca contém um postulado da igualdade dos dois lotes de mercadorias a serem trocadas. Como definimos essa igualdade? A igualdade não é a identidade das mercadorias, pois apenas mercadorias diferentes são trocadas umas pelas outras. Tampouco são iguais na avaliação dos agentes de troca, pois isto reduziria sua ação a um absurdo se eles não vissem uma vantagem para si próprios em realizá-la (...). Elas são equiparadas em virtude de serem trocadas, elas não são trocadas em virtude de qualquer igualdade que possuam<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> “Exchange contains a postulate of the equality of the two lots of commodities to be exchanged. How do we define this equality? The equality is not the identity of the commodities since only different commodities are exchanged for one another. Nor are they equal in the evaluation of the exchanging agents, as it would reduce their action to an absurdity if they did not see an advantage to themselves in performing it (...) They are equated by virtue of being exchanged, they are not exchanged by virtue of any equality which they possess” (Ibidem, p. 38).

Tanto Sellars quanto Sohn-Rethel são críticos do empirismo, mas suas críticas se originam de diferentes pontos de vista. Enquanto a categoria da abstração real foge do alinhamento entre o abstrato e o mental, o concreto e o físico, que é característico do empirismo *abstracionista* – significando que, para uma certa forma de empirismo, a origem da abstração conceitual é a experiência, da qual se extrai uma determinação mais simples – o empirismo deve, para Sellars, ser criticado pela imagem fundacionista do pensamento que produz: se as categorias do pensamento são abstrações retiradas de uma camada de experiência (o “Dado”), então este será o fundamento para o que é pensável. Sellars resiste a essa hipótese ao separar o trabalho da sensibilidade (“transições de entrada de linguagem”) da inferência interna à linguagem (“transições intralinguísticas”) e as ações resultantes (“transições de saída da linguagem”)<sup>15</sup>.

Para além do simples reconhecimento do fato bruto da emergência de abstrações reais na troca, Sohn-Rethel sustenta sua tese mais polêmica sobre a *origem* das categorias da metafísica tradicional e da epistemologia moderna (sob a forma privilegiada do sujeito transcendental kantiano) como resultantes da abstração de troca, como mencionamos anteriormente. A abstração que é gerada através do ato de troca é então *transmitida* à mente, constituindo a base dos conceitos abstratos que dão origem à filosofia grega, à ciência matematizada e à epistemologia kantiana. Um exemplo instrutivo de tal *transmissão* entre abstrações “reais” e “conceituais” nos termos de Sohn-Rethel é fornecido pelo conceito de *substância*. Para ele, a categoria de substância no pensamento filosófico

---

<sup>15</sup> Sellars, 1963.

corresponde grosseiramente à ideia de algo que permanece o que é (mantendo sua identidade) enquanto varia seu caráter sensível. Ele propõe uma pergunta: onde no mundo os filósofos que criaram a ideia de substância encontraram tal *coisa*? Para Sohn-Rethel, uma moeda cunhada é a forma-valor que se tornou visível. A moeda, então, atua como o portador concreto e material da forma de permutabilidade das mercadorias.

A moeda cunhada é a forma-valor tornada visível. Porque aqui imprimimos um valor em um material natural que não é para uso, mas apenas para troca. A autoridade que imprime dinheiro – seja um magnata do comércio privado ou um “tirano” que usurpou o poder real – garante o peso e o teor dos metais preciosos utilizados e promete substituir as moedas que sofreram algum desgaste por outras de valor integral. *Em outros termos, o postulado da inalterabilidade por tempo ilimitado do equivalente é aqui formalmente reconhecido, e se distingue, explicitamente, como postulado social, da característica empírico-física de tal ou tal metal.* A velha relação, em que a forma-valor da mercadoria estava subordinada à sua forma natural, é invertida: a forma-valor social faz uso de uma forma natural particular e específica para seus propósitos funcionais<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup>„Die geprägte Münze ist sichtbar gewordene Wertform. Denn hier ist einem Naturstoff in aller Form aufgestempelt, daß er nicht zum Gebrauch, sondern nur noch zum Austausch bestimmt ist. Die münzprägende Autorität – ob diese nun anfänglich privater Handelsherr oder „Tyrann“ mit usurpierter Königsmacht gewesen ist- garantiert das Gewicht und den Feigenhalt der Münzen und verspricht, Münzen, die einen gewissen Verschleiß erlitten haben, durch vollwertige zu ersetzen. Mit anderen Worten, hier wird das Postulat der materiellen Unveränderlichkeit des Äquivalents auf unbegrenzte Zeit formell anerkannt und als gesellschaftliches Postulat von empirisch-physikalischen Eigenschaften dieses oder jenes Metalls ausdrücklich unterschieden. Hier hat sich das bisherige Verhältnis, in dem die Wertform der Ware ihrer Naturalform untergeordnet war, umgekehrt: die gesellschaftliche Wertform bedient sich einer bestimmten und besonderen Naturalform zu ihren funktionellen Zwecken“ (Sohn-Rethel, 2018, p. 103).

A imagem que emerge é a de uma prática material de troca que dá origem a algo semelhante a uma representação *conceitual*, que pode incluir muitos particulares diferentes sob o mesmo universal. Sohn-Rethel deriva várias categorias da filosofia grega e da filosofia kantiana (seus exemplos favoritos) da abstração da troca, como substância, tempo e espaço homogêneos, causalidade estrita etc. Para além do reconhecimento da simples existência de padrões abstratos de comportamento que podem ser encapsulados em certas formas abstratas, produzindo abstrações reais que realizam a síntese social (1ª tese), Sohn-Rethel pretende sustentar que as categorias do sujeito transcendental propostas na filosofia de Kant têm uma gênese histórica encontrada na abstração da mercadoria (2ª tese). A primeira tese afirma, então, que as abstrações emergem do comportamento dos agentes cognitivos – abstrações que podem ser usadas retroativamente para explicar esse comportamento quando reposto (conforme veremos na abordagem do *esquema operatório*, segundo Giannotti). A segunda tese afirma que as abstrações decorrentes do comportamento social concreto são transmitidas à mente, tornando-se as categorias cognitivas do sujeito transcendental.

Do ponto de vista sellarsiano, isso cria uma possível dificuldade para a explicação de Sohn-Rethel, relacionada à forma de transmissão da abstração real para a mente. Se o Dado, a ser rejeitado, é, como DeVries o expressa, tanto epistemicamente independente quanto epistemicamente eficaz, a abstração de troca seria um caso do Dado, na medida em que é independente no sentido de ter sua origem fora do pensamento, enquanto ao mesmo tempo gera por si mesma as categorias transcendentais que pertencem ao pensamento (é epistemicamente eficaz). Tal como está, a ideia

parece mais uma vez confundir causalidade (o evento da abstração de troca) com justificação (identificada com as categorias do sujeito transcendental e da ciência matematizada). Essa impressão pode ser dissipada, no entanto, com um relato mais refinado das mediações pelas quais a abstração de troca pode ser capturada e transformada em abstrações conceituais.

Vamos tornar nosso problema mais explícito.

A) Se a abstração real é algo que *acontece* independentemente da cognição, ela parece constranger *causalmente* o comportamento – o que não implica, conforme estabelecido pela crítica ao Dado, estar por si só em uma relação *justificatória* com outros conteúdos.

B) Se a abstração real está em relação *justificatória* – ou seja, tem estatuto categorial – com outros conteúdos, ela não pode ser algo que surja independentemente da cognição *simplesmente*. Ela já deve estar entremeada em uma teia inferencial com conceitos de outra espécie.

Se A é verdadeiro, então a abstração real não pode fazer o trabalho adicional que Sohn-Rethel deseja – ser a “origem” das categorias do entendimento no sentido kantiano.

Se B for verdadeiro, uma divisão específica de trabalho deve acontecer entre a sensibilidade e a cognição. Nossa solução tentará encontrar um cruzamento entre pensamento e ação que justificaria B sob condições específicas. Ao fazer isso, também tornaremos B compatível com A, no sentido de *aceitar* abstrações reais como restrições ao comportamento no sentido causal, mas com um conjunto específico de ressalvas a serem expostas no que se segue.

### III. A Abstração Real e o Concreto no Pensamento.

A tentativa por parte de Althusser de desambiguar e reformular a dialética do abstrato e do concreto é um bom lugar para investigar a relação entre abstrações reais e abstrações de pensamento dentro da tradição marxista. Ao tentar ser fiel à máxima de Marx que afirma que “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”<sup>17</sup>, ele oferece uma explicação que tenta se distanciar tanto do que ele considera ser o modelo hegeliano do “real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si”<sup>18</sup>, quanto da *imagem empirista do pensamento* aludida acima – pela qual a abstração é filtrada indutivamente a partir do real como Dado. Vale citar longamente a passagem de Marx sobre a relação entre as abstrações do pensamento e o concreto a ser reproduzido pelo pensamento:

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até

<sup>17</sup> Marx, 2008, p. 258.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 259.

dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (...) O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto<sup>19</sup>.

O modelo de prática teórica proposto por Althusser funciona como o processo de produção em geral: alguma matéria prima é elaborada por algum agente, resultando em um produto ou resultado. Mantendo a distinção entre o concreto em ato e o concreto em pensamento que a interpretação marxiana oferece, ele polemiza contra a ideia empirista de que os conceitos são obtidos por meio *da abstração direta a partir das determinações sensíveis*. Nunca se encontra a realidade *como tal* no quadro empirista, mas sempre do ponto de vista de uma compreensão pré-existente (“o estado atual da teoria”), que Althusser identifica com os “materiais” que devem ser elaborados pela *prática teórica* – que é sua resposta ao diferendo entre o racionalismo hegeliano e o empirismo que acabamos de colocar. Este estado atual da teoria oferece um material *ideológico*

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 258-259.

para a prática teórica, que passa a transformá-la em teoria *científica propriamente dita*.

Essa primeira generalidade (que chamaremos *Generalidade I*) constitui a matéria-prima que a prática teórica da ciência transformará em “conceitos” especificados, ou seja, nesta outra generalidade (que chamaremos *Generalidade III*) “concreta” que é um conhecimento. Mas o que é então a Generalidade I, ou seja, a matéria-prima teórica sobre a qual se efetua o trabalho da ciência? Contrariamente à ilusão ideológica (não “ingênua”, simples “aberração”, mas necessária e fundamentada como ideologia) do empirismo ou do sensualismo, uma ciência nunca trabalha sobre um existente que teria por essência a imediatez e a singularidade puras (“sensações” ou “indivíduos”). Ela trabalha sempre sobre o “geral”, mesmo quando ele tem a forma do “fato”. Quando uma ciência se constitui – por exemplo, a física com Galileu, ou a ciência da evolução das formações sociais (materialismo histórico) com Marx –, ela trabalha sempre sobre conceitos existentes, *Vorstellungen*, ou seja, uma Generalidade I, de natureza ideológica, prévia. Ela não “trabalha” sobre um puro “dado” objetivo, que seria aquele de “fatos” puros e absolutos. Seu trabalho próprio consiste, ao contrário, *em elaborar seus próprios fatos científicos*, mediante uma crítica dos “fatos” ideológicos elaborados pela prática teórica ideológica anterior. Elaborar seus próprios “fatos” específicos e, ao mesmo tempo, elaborar sua própria “teoria”, já que o fato científico – e não o assim chamado fenômeno puro – não é identificado a não ser no campo de uma prática teórica. Quando uma ciência, já constituída, se desenvolve, ela trabalha então sobre uma matéria-prima (Generalidade I) constituída quer de conceitos ainda ideológicos, quer de “fatos” científicos, quer de conceitos já elaborados cientificamente, mas pertencendo a um estágio anterior da ciência (um ex. de Generalidade III). Portanto, é transformando essa Generalidade I em Generalidade III (conhecimento) que a ciência trabalha e produz<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Althusser, 2018, p. 149-150.

É impressionante ver no relato de Althusser uma grande proximidade com a posição sellarsiana com relação à transformação da imagem manifesta em imagem científica. Enquanto, a julgar *pela* crítica ao Dado, não acessamos a realidade “em si”, mas ela é sempre elaborada coletivamente em uma certa forma de consciência, diferentes imagens são produzidas através da elaboração de diferentes conjuntos de experimentação e conceitualização – cuja sucessão é entendida por Sellars como desembocando na constituição sucessiva das duas concreções principais: a imagem científica a partir da imagem manifesta – o que ele chama de “imagens do homem-no-mundo”<sup>21</sup>. Deixando esses paralelos de lado, parece-nos que surge aqui um problema dentro da visão althusseriana. Se as abstrações que são produzidas dentro da prática teórica são apenas *abstrações de pensamento*, como podemos dar sentido às abstrações reais advindas da prática social concreta dentro deste quadro? Como afirma Slavoj Žižek:

Sohn-Rethel está, portanto, bastante justificado em sua crítica a Althusser, que concebe a abstração como um processo que ocorre inteiramente no domínio do conhecimento e recusa por isso a categoria de ‘abstração real’ como expressão de uma ‘confusão epistemológica’. A ‘abstração real’ é impensável no quadro das distinções epistemológicas fundamentais althusserianas, entre o ‘objeto real’ e o ‘objeto de conhecimento’, na medida em que introduz um terceiro elemento que subverte o próprio campo dessa distinção: a forma do pensamento anterior e externo ao pensamento – em suma: a ordem simbólica<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Sellars, 1963.

<sup>22</sup> Žižek, 1989, p.14

José Arthur Giannotti aborda o modelo althusseriano em seu artigo seminal *Contra Althusser*.

Mas no instante em que se aceita o caminho do abstrato ao concreto, surge o perigo da ilusão hegeliana: na medida em que esse processo de síntese aparece como resultado e não como o início, na medida em que se renuncia ao ponto de partida da intuição e da representação, somos levados a imaginar, como de fato o fez Hegel, o real resultado do pensamento que se volta sobre si mesmo e se determina e particulariza. Contra tal abstração, Marx contrapõe o caráter propriamente improdutivo do pensamento teórico que apenas se apropria e reproduz (...) o concreto numa forma espiritual<sup>23</sup>.

Portanto, é contra essa imagem do pensamento como produtor de realidade que Althusser está polemizando. Mas, de acordo com Giannotti, ao fazer isso, ele vai longe demais ao tentar manter o real e o pensamento segregados.

Contra Althusser, sustentamos que tal espelhamento só se torna possível porque ocorre na própria realidade um processo de constituição categorial, contraposto ao vir a ser do fenômeno, processo que configura a essência de um modo de produção determinado e, por conseguinte, numa forma de sociabilidade. (...) Isto não quer dizer que estejamos confundindo o objeto do pensamento com o objeto real, mas simplesmente que, ao percorrer o caminho do abstrato ao concreto, estamos formulando um discurso que **reproduz uma síntese essencial que ocorre para além da prática teórica**<sup>24</sup>.

Mas então, não estamos de volta ao nosso problema inicial da *transmissão* da abstração real gerada pela prática social enquanto

<sup>23</sup> Giannotti, 1980, p. 89

<sup>24</sup> Ibidem, p. 90, grifo do autor.

cega às suas próprias determinações e as abstrações de pensamento que, supõe-se, reproduzem aquelas determinações no pensar? Em outras palavras, não voltamos à incompatibilidade entre a segunda tese de Sohn-Rethel e a crítica de Sellars ao Dado?

Em um trabalho posterior, Giannotti oferece algumas indicações preciosas relacionadas a esse processo, propondo o exemplo simplificado de um jogo de bola como um *esquema operatório* que liga os agentes aos objetos naturais e entre si por meio da atividade.

(...) o objeto se metamorfoseia, é *trabalhado* a fim de que a propriedade peso do objeto, dentre outras, possa exercer-se nas condições adequadas. Aqui determinar é negar configurando. A efetividade do jogo, porém, vem efetuar essa negação. (...) Como objetos naturais, a bola de futebol e a bola de tênis são dois corpos quaisquer reagindo ao impacto de forças da natureza. Mas uma bola de futebol não é a mesma coisa que uma bola de tênis (...) por isso o jogo efetivo exercita a contrariedade do peso num contexto em que este já havia sido circunscrito e medido pelo trabalho (...) O *esquema operatório*, constituído pela bola, por sua trajetória, pelos agentes como arremessador e pegador, instaura uma *objetividade social* muito elementar. (...) Acreditamos que a *esquema operatório* exemplifica, de uma maneira muito tosca, o tipo de objeto cuja trama Marx denomina “história contemporânea”, essa estrutura das relações sociais de produção, constantemente alimentada pelas ações reiteradas dos homens e que se objetivam em figuras coma a mercadoria, o capital e assim por diante<sup>25</sup>.

O parágrafo é importante em diferentes sentidos. Primeiro, tenta conectar as localidades existentes em um simples jogo de bola como já uma espécie de *extração de medida* – *que é condição para*

<sup>25</sup> Giannotti, 1983, p. 50-52.

*a extração de inteligibilidade.* Em segundo lugar, essa extração de medida é feita pela *atividade, pelo que é feito*, e não necessariamente pelo pensamento abstrato. Isso significa que a abstração ocorre pela maneira como as coisas estão envolvidas entre si na prática. Terceiro, não se deve, portanto, privilegiar apenas as formas de determinação que dizem respeito ao pensamento. Todo o movimento corporal dos jogadores está envolvido no jogo de bola, além de qualquer *tematização consciente* por parte deles. Padrões emergem da atividade. Em quarto lugar, a forma como o esquema operatório é constituído na prática não exige a explicação teórica para a sua efetivação. A explicitação teórica dos elementos do jogo é um movimento *a posteriori*. Quinto, o movimento de Giannotti de conectar a *abstração prática* em geral presente no jogo à forma específica de abstração da forma mercadoria propõe um caso particular de conexão entre diferentes tipos de abstração. Isso, porém, nos leva a um ponto importante, a saber, a diferença qualitativa entre os vários esquemas operatórios que Giannotti examina e o esquema operatório específico da mercadoria e o do *dinheiro* como equivalente que pressupõe a totalidade das mercadorias trocáveis. A resposta possível parece estar em concretizar as composições internas do ser social como um circuito que extrai da natureza não apenas *energia por meio do trabalho*, mas também abstrações *enquanto inteligibilidades*.

Duas objeções estão aqui à espreita. Por um lado, o caráter *puramente social*, no sentido marxiano, do dinheiro parece estar em desacordo com esquemas operatórios *físicos* como o jogo de bola. Por outro lado, pode-se pensar que este se trata de um relato a-histórico do capital, no sentido de assimilar o uso do dinheiro e a valorização do valor que dele advém a outros tipos de esquemas

operatórios historicamente anteriores ou tidos por imutáveis. Ambas as objeções podem ser respondidas com uma compreensão adequada do papel metodológico do esquema operatório. A questão não é agrupar todas as formações sociais em uma, mas oferecer um modelo de abordagem que sirva para falar sobre as *conexões* que existem entre agentes e objetos dentro de formações sociais específicas. Assim, o esquema operatório não é aqui um *esquema historicamente específico* que é tratado como universal, mas um *dispositivo metodológico* para dar sentido ao caráter *configurador-enquanto negador* da síntese social, da qual o dinheiro, abstraindo não apenas algumas, mas todas as propriedades sensíveis dos objetos que estão sendo trocados, é uma atualização muito mais complexa, e que pressupõe as anteriores, surgindo, portanto, como uma determinação puramente social. Como Sohn-Rethel afirma:

Essa abstração do dinheiro não aparece como tal e não se pode esperar que ‘apareça’, pois consiste apenas em forma – pura forma abstrata decorrente da desconsideração do valor de uso das mercadorias operada pelo ato de troca igualando as mercadorias como valores. O que constitui a aparência do dinheiro é seu material, sua forma e tamanho, e os símbolos nele impressos; em resumo, tudo isso transforma o dinheiro em algo que pode ser carregado, gasto e recebido<sup>26</sup>.

O complexo jogo de identificações que Giannotti extrai do esquema operatório é inspirado na lógica do ser posto (*Gesetzsein*)

<sup>26</sup> “This abstractness of money does not appear as such and cannot be expected to ‘appear’ as it consists of nothing but form – pure abstract form arising from the disregard of the use-value of the commodities operated by the act of exchange equating the commodities as values. That which constitutes the appearance of money is its material, its shape and size, and the symbols stamped on it; in short, all that makes money into a thing that can be carried about, spent, and received” (Sohn-Rethel, 2021, p. 5).

na *Ciência da lógica* de Hegel. Essas identificações “através do outro” são ilustradas pela seguinte passagem.

O ato concreto de pôr o ferro e a pedra na balança faz com que o peso pressuposto do ferro se reponha na pedra, agora, porém, dotado de um número; o atributo em si ressurgue determinado como atributo para si. Isto, porém, em virtude duma apreensão concreta do pedaço de ferro, da utilização de sua identidade como coisa, da manipulação de sua individualidade no sentido de fazer manifestar o peso da pedra. Daí a identidade do ferro consistir numa desigualdade consigo mesma, numa identidade que se quebra a fim de revelar outra de que o ferro e a pedra participam. Nessa desigualdade consigo mesma, que lhe advém pelo fato de se determinar como membro de um relacionamento concreto de medir, o ferro passa a representar uma objetividade pressuposta, reposta, contudo, em cada objeto medido. No termo do processo de mensuração, a objetividade pressuposta se repõe num *quantum* efetivo, identificando-se por meio de um outro que não é mais do que a revelação de si mesma. Identifica-se graças a seu outro. É nesse sentido que podemos afirmar que a identidade do atributo, ao contrário da identidade da coisa, consiste ela própria no processo de encontrar algo diferente como idêntico a si mesma<sup>27</sup>.

A identidade é aqui produtora do fundamento – que não é um fundamento pré-dado, mas é *posto* pelo *processo de identificação* realizado pelo comportamento (como ilustrado pela identidade do ferro que “se quebra a fim de revelar outra de que o ferro e a pedra participam”) – no presente caso, pela medição que se *torna* fundamento na forma de um *quantum* de medida; e no caso da forma-valor, pela equivalência estabelecida entre mercadorias que se torna

---

<sup>27</sup> Giannotti, 1983, p. 30.

fundamento incorporado numa medida universal representada pelo dinheiro.

Na trama de comportamento, em que se alinhava o *logos* prático, descobrimos processos pelos quais os objetos se identificam e se individualizam uns pelos outros. Cabe agora indagar como se identificam e se individualizam, por sua vez, tais comportamentos. No fundo, veremos que a pergunta nos conduz à questão do comportamento social (...)<sup>28</sup>.

Nossa primeira tarefa consiste, pois, em suspender essa hipótese de um sentido pronto ou de seu equivalente behaviorista. Interessamo-nos, ao contrário, pelo processo de constituição desse “sentido”, no tecido duma relação entre indivíduos, que por sua vez vão se individualizar com referência ao termo mediador. O beijo não nos parece apenas a encarnação de um significado mental pressuposto, elemento que se subsume a uma categoria condicionante; muito menos se resolve numa instância singular reportando-se a uma classe de atitudes, que ignora sua gênese. Ele está, em cada instância, confirmando um amor pressuposto e, com isso, exprimindo o agente como amador, confirmando as ações passadas desse marido, de tal modo que empenha suas ações futuras nessa dada direção<sup>29</sup>.

Os exemplos simplificados anteriores de Giannotti pretendem vindicar essa ideia segundo a qual essa lógica de *identificações*, que expressa um fundamento posto, é observada em comportamentos muito simples, configurando uma proto-lógica de valor já operando nos modelos onde os próprios agentes são especificados como *jogadores*, como *amantes*, como *trabalhadores* etc., conforme o esquema operatório em questão. Baseando-se momentaneamente no vocabulário da psicologia behaviorista, Giannotti expõe o

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 48.

problema básico subjacente à emergência de valor a partir do comportamento:

Lembremos de como funciona a moeda. Embora finita, não podemos circunscrever os contornos da classe de objetos que podem ser comprados por ela, estes não possuem qualquer traço em comum, a não ser o próprio fato de serem trocáveis. Se for verdade que ela se forma associando-se a essa ficha um primeiro reforçador primário, depois um segundo e assim por diante; é nessa progressão indefinida que toda a dificuldade se concentra, pois, o que no lado da consequência da conduta se apresenta como uma sucessão temporal, do lado da condição, se dá aglutinado num ponto, pressuposto segundo o qual uma pessoa se esforça para obter a ficha. A trocabilidade é condição *sine qua non* do processo de obtenção da moeda, tudo se passa como se sua convertibilidade fosse garantida de antemão. Daí a classe em formação, a sequência progressiva dos reforços secundários, apresentar-se como uma classe já constituída, como se fosse um dado. Nesse movimento de reflexão, em que o posto se converte num pressuposto, o sucessivo se instaura como se fosse presente; no lugar da sucessão, dos reforçadores primários, da multiplicidade dispersa, surge sua classe, sua forma atemporal<sup>30</sup>.

Uma tentação seria identificar tais valores com *normas de comportamento*, uma solução cujo mérito questionaremos na próxima seção. Pode-se dizer que Giannotti se posiciona aqui *antes* da constituição de quaisquer normas, pois o esquema operatório pode ser pensado como um processo *causal* em que um agente/objeto passa a pressupor outro para sua efetivação – “a tarefa consiste então em reduzir os problemas até uma esfera em que regra e suas condições de efetivação, forma e conteúdo, se imbricam

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 19.

intimamente”<sup>31</sup>, efetivação que opera uma certa síntese do tempo, simultânea à especificação de agentes como “arremessador” e “apanhador”, por exemplo, dentro do esquemas operatório. É a isso que Giannotti se refere na citação anterior como a “condensação de um processo em um ponto”:

Cada ação particular depende, pois, de uma síntese que reúne todas as ações semelhantes, passadas e futuras, no contexto de suas diferenças, mas ao mesmo tempo estipula dentre as várias ações uma como a sua diferença. Arremessar se distingue de arranhar ou coçar, ao mesmo tempo que se diferencia de pegar, desse outro pelo qual se identifica. (...) Como arremessar e pegar são indissociáveis, um passa a garantir a existência do outro, o outro efetivo surge então como membro de uma classe *como se todos os outros membros já estivessem dados*. Essa *ilusão da permanência* não é algo extrínseco ao jogo, mas faz parte do engajamento pelo qual cada indivíduo participa dele, constituindo assim uma das dimensões que assegura a própria existência do esquema operatório<sup>32</sup>.

É aqui que se pode localizar o ponto em que a narrativa histórica (que Giannotti chama de história *do vir a ser*) encontra a *história contemporânea* expressa pela constituição categorial do capital. Assim, o esquema operatório propõe uma infraestrutura conceitual para individualizar diferentes circuitos de síntese categorial operando na história<sup>33</sup>.

#### IV. Normas e padrões.

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>33</sup> O restante de *Trabalho e Reflexão* é dedicado a aplicar essas ideias a diferentes formações sociais, em uma tentativa de reconstruir a história da constituição categorial do *Capital* – mas uma reconstrução completa de seu argumento é um projeto para outro ensaio.

O esquema operatório tem uma notável semelhança com o que Sellars chama de *comportamento governado por padrões*. A questão é relevante para a literatura recente que tenta aproximar o marxismo a Sellars e/ou à filosofia da escola de Pittsburgh, principalmente porque duas dessas tentativas recentes terminam por identificar o capitalismo com um espaço de *normas*. Justin Evans, em *Capitalism as a space of reasons: Analytic, neo-Hegelian Marxism?*, o capitalismo é algo como um espaço *ilegítimo* de razões, constituído por normas extrínsecas ao assentimento pelos sujeitos, normas essas que impedem a assunção e o desdobramento de normas efetivamente racionais que constituiriam o espaço da liberdade realizada. Em contraste, Jacob McNulty, ao propor uma reconstrução muito minuciosa do argumento de Sohn-Rethel em seu artigo *Frankfurt School Critical Theory as Transcendental Philosophy: Alfred Sohn-Rethel's Synthesis of Kant and Marx*, acaba identificando a abstração de troca com uma *norma* ao lado de outras normas racionais, no interior do espaço das razões.

Precisamos de uma caracterização desses fenômenos econômicos que não parecem nem exclusivamente naturais nem mentais. Aqui, vou sugerir uma forma de acomodá-los: em termos de normatividade. Na minha opinião, Sohn-Rethel considera a troca como permeada de normatividade. A normatividade encontra-se nas regras que regem a prática, aquelas que estabelecem o que os participantes dela podem e não podem fazer. Isso significa que, quando Sohn-Rethel descreve a troca de mercadorias, muitas vezes ele não está fazendo uma afirmação sobre o que de fato ocorre, mas sobre o que deveria ocorrer<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> "We need a characterization of these economic phenomena that appear neither exclusively natural nor mental. Here, I will suggest one way of accommodating them: in terms of normativity. In my view, Sohn-Rethel regards exchange as shot through with normativity. The normativity is found in the rules governing the practice, those stating

McNulty, então, oferece uma razão para pensar na abstração da troca como tendo pleno caráter normativo, na medida em que resulta não de um *fato*, mas de um postulado social. Parece-nos que muito depende da compreensão que se pode ter do que “postulado” significa aqui. McNulty defende que existem “regras que devem ser reconhecidas pelos participantes para que possam contar como se engajando na prática. Aderir a essas regras ou quebrá-las contaria como reconhecimento. No entanto, sem qualquer reconhecimento, não haveria prática”<sup>35</sup>.

Apesar de suas diferenças – com Evans criticando a legitimidade das normas capitalistas e McNulty permanecendo agnóstico sobre ela –, em ambos os relatos estamos deliberadamente envolvidos na troca e as suas normas são transparentes para os trocadores. Pode-se, com McNulty e Evans, sustentar que, apesar da emergência da abstração se dar de forma inconsciente, a troca ela própria é codificada como um conjunto de normas, caso contrário não teríamos institucionalizado o comércio. Isso é verdade, mas seria um erro confundir a codificação aberta do ato de troca com a abstração de valor que dela emerge. A questão é: o valor se autovaloriza, para além do alcance do espaço normativo determinado pelo ato de troca. A autovalorização do capital, reconhecida retroativamente, de um lado valida a forma-equivalência inadvertidamente gerada pela troca, de outro, acaba por se materializar em novas normas – basta verificar as regras do mercado

---

what participants in it can and cannot do. This means that when Sohn-Rethel describes commodity exchange, he is very often not making a claim about what in fact occurs, but rather about what ought to occur” (McNulty, 2022, p. 485).

<sup>35</sup> “rules that have to be acknowledged by the participants if they are to count as engaging in the practice at all. Either adhering to these rules or breaking them would count as acknowledgment. Yet without any acknowledgment, there would be no practice” (Idem).

de derivativos vigente no sistema financeiro. Mas os processos de valorização do capital permanecem algo que apareceu para além do espaço normativo imediato em que os agentes estavam enredados. Ou seja, constitui um “esquema operatório” em que não somos necessariamente os agentes, mas, em uma inversão imprevista, os *objetos sendo medidos pelo capital*.<sup>36</sup>

Sellars tem um lugar para algo assim na categoria do comportamento governado por padrões. A fim de dar sentido a essa categoria, Meredith Williams a relaciona com uma distinção kantiana entre comportamento *que se conforma* a regras e comportamento *obediente* a regras. Enquanto o primeiro pode surgir como resultado de uma *lei física* ou apenas por acaso – ela dá o exemplo de um cachorro andando por uma estrada no sentido do fluxo do tráfego, o que está de acordo com as convenções de direção –, o segundo, o comportamento obediente à regra, é guiado pela *concepção de uma regra*, o que significa que o agente deve objetivar a regra que está seguindo *como sendo uma regra*. Este é o comportamento plenamente normativo. Williams apresenta o comportamento governado por padrões como um terceiro tipo de comportamento regular, que pode estabelecer um meio-termo entre a pura regularidade causal e o comportamento autoconsciente de obediência a normas, no sentido de que o comportamento governado por padrões, embora não seja a realização de uma lei física externa ao agente, nem tampouco meramente um acaso, não requer a objetivação das regras para ser atualizado por agentes. Sellars relaciona isso com a dita “dança das abelhas” (*bee dance*).

O comportamento governado por padrões exemplifica um padrão abstrato ou parte de um padrão, não como

---

<sup>36</sup> Agradeço a Gabriel Tupinambá por essa sugestão.

uma instância de uma lei causal, nem como mero acaso, nem como resultado da obediência consciente a uma regra. Esse tipo de comportamento complexo não pode ser individualizado, exceto em termos de seu lugar dentro de um padrão abstrato. O exemplo favorito de Sellars de comportamento governado por padrões é a dança de uma abelha que comunica a localização de um campo de flores portadoras de néctar. Os movimentos particulares da abelha fazem parte de uma dança complexa, não acidentalmente, mas essencialmente – eles são executados porque fazem parte da dança. Mas isso é feito sem uma concepção da dança, sem um conjunto de instruções de como executá-la<sup>37</sup>.

Para Williams, como para Sellars, cada movimento na dança da abelha é explicado por seu lugar na dança, embora esta não seja objeto de uma representação por parte da abelha. Isso significa que a dança é um hábito entrincheirado, provocado pela vantagem adaptativa no contexto evolucionário. Mas Sellars localiza um problema:

(...) está em aberto para nós dar um relato evolutivo dos fenômenos da dança e, portanto, interpretar a afirmação de que esse movimento ocorreu por causa da dança complexa a que pertence – o que parece atribuir força causal a uma abstração e, portanto, tenta-nos a nos basear na linguagem mentalista da intenção e do propósito –em termos do valor de

---

<sup>37</sup> “Pattern-governed behavior exemplifies an abstract pattern or a part of a pattern, not as an instance of a causal law nor as mere happenstance nor as a result of self-consciously obeying a rule. This kind of complex behavior cannot be individuated except in terms of its place within an abstract pattern. Sellars’ favored example of pattern-governed behavior is the dance of a bee that communicates the location of a field of nectar-bearing flowers. The particular movements of the bee are part of a complex dance, not accidentally, but essentially—they are performed because they are part of the dance. But this is done without a conception of the dance, without a set of instructions for how to perform it” (Williams, 2014, p. 193).

sobrevivência que oferece para grupos de abelhas essas formas de comportamento<sup>38</sup>.

Curiosamente, enquanto Sellars aponta para o problema que seria atribuir poder causal a uma abstração (uma solução que seu nominalismo metodológico impediria), a alternativa seria explicar essa abstração como sendo o resultado de uma *intenção* de se comportar de uma certa maneira. Isso, por sua vez, leva Sellars a pensar que a sustentação de poderes causais para uma abstração teria que obrigatoriamente implicar a abstração sendo *pretendida* por um agente linguístico, o que ecoa a solução que foi avançada por McNulty – da abstração como parte de uma norma. No próprio trabalho de Sellars, o comportamento governado por padrões fornece uma saída para o dilema, enquanto uma condição necessária presente em criaturas não sapientes, mas não suficiente para um comportamento de obediência a normas de pleno direito. Como afirma Reza Negarestani:

Atividades de conceituação ou, mais amplamente, cognições teóricas e práticas, são consideradas atividades governadas por padrões e, na medida em que a natureza está repleta de comportamentos não excepcionais governados por padrões, a cognição conceitual ou as atividades humanas são então tratadas no mesmo nível que qualquer outro comportamento. Mas, como aponta Wilfrid Sellars, embora as atividades conceituais que sublinham a excepcionalidade do humano possam de fato ser comportamentos governados por padrões, elas não são apenas quaisquer tipos de padrões. Elas são comportamentos governado por padrões *sui generis*

---

<sup>38</sup> “it is open to us to give an evolutionary account of the phenomena of the dance, and hence to interpret the statement that this wiggle occurred because of the complex dance to which it belongs – which appears to attribute causal force to an abstraction, and hence tempts us to draw upon the mentalistic language of intention and purpose – in terms of the survival value to groups of bees of these forms of behavior” (Sellars, 1963, p. 326).

que são, propriamente falando, governados por *regras* – quer dizer, elas têm uma autonomia formal que emerge de seu funcionamento de acordo com normas internas aos padrões de comportamento (quer dizer, regras de transição ou de inferência). Mas as atividades conceituais são também *sui generis* em um sentido mais forte: sua autonomia formal, que é lógica e linguística, permite o reconhecimento de qualquer outro comportamento governado por padrões na natureza<sup>39</sup>.

O que significa que o comportamento de obediência a normas é tanto o nome daquilo que o padrão se torna quando é objetivado pelo agente como regras a serem seguidas – uma transformação na prática –, o que envolve ser situado em uma teia de inferências; *quanto também* os meios descritivos pelos quais passamos a *descrever* tanto normas quanto padrões. Como a própria linguagem é um sistema normativo, torna-se manifesto que aquele que faz a descrição está usando formas especiais de padrões que são normas, o que significa que há uma historicidade na constituição dos próprios meios de descrição a partir de padrões naturais iniciais. As normas são então capazes de produzir outras normas aplicando os resultados da descrição de padrões anteriores que se tornam então comportamento de obediência a normas. Surge assim uma dialética de normas e padrões.

---

<sup>39</sup> “Conceptualizing activities or, more broadly, theoretical and practical cognitions, are taken to be pattern-governed activities, and to the extent that nature is replete with unexceptional pattern-governed behaviours, conceptual cognition or human activities are then treated at the same level as any other such behaviour. But, as Wilfrid Sellars points out, although the conceptual activities that underline the exceptionality of the human may indeed be pattern-governed behaviours, they are not just any sort of patterns. They are pattern-governed behaviours that are *sui generis* because they are properly speaking rule-governed—that is to say, because they have a formal autonomy that arises from their functioning according to intra-pattern-governed norms of behaviour (i.e., rules of transition or inference). But conceptual activities are also *sui generis* in a stronger sense: their formal autonomy, which is logical and linguistic, enables the recognition of any other pattern-governed behaviour in nature” (Negarestani, 2018, p. 110).

Minha proposta é tratar a abstração de troca como um *padrão emergente* – cuja face visível faz parte do comportamento intencional daqueles que estão investidos na atividade de troca, mas cujo produto extrapola o alcance das normas que codificam o *ato mesmo de troca*<sup>40</sup>.

Em certo sentido, o conceito de ilusão socialmente necessária, de ideologia, é aqui lembrado e reformulado como um descompasso entre o funcionamento de um determinado esquema operatório, cujo sujeito *não somos nós*, mas a própria valorização do valor, e o modo como ele aparece para nós como agentes que estão alimentando o esquema. Não se trata de atribuir intenções, razões etc. ao Capital, o que equivaleria a nada mais do que uma metáfora útil na melhor das hipóteses, ou a uma ideia filosófica injustificada na pior, mas de localizar, dentro do esquema operatório do Capital, um processo de *configuração e negação* em que o valor emerge e se torna o meio universal de medida inclusive daqueles que o produzem<sup>41</sup>.

A ideia é que há uma não identidade entre o esquema operatório do Capital e as normas do jogo da troca de mercadorias

---

<sup>40</sup> Uma diferença entre os usos que Sellars faz e que eu faço da categoria do comportamento governado por padrões foi apontada por Carl Sachs. O comportamento governado por padrões foi pensado por Sellars para preencher a lacuna entre a regularidade nomológica natural e o seguimento socialmente articulado de regras com um conjunto de circuitos que respondem a demandas impostas pelo ambiente a criaturas sencientes. Em minha posição, porém, a prioridade do padrão a norma pode se inverter: o comportamento de obediência à norma pode alimentar um novo padrão não intencional, como no exemplo da abstração de troca.

<sup>41</sup>Aqui, a diferença entre padrão e esquema operatório se mostra. Para começar, enquanto o comportamento governado por padrões é identificado em distinção às normas, o esquema operatório inclui padrões e normas como partes de um circuito de determinação. Na maioria das vezes – sempre que o que constitui o esquema operatório é um padrão – eles são intercambiáveis. Em outras ocasiões, entendo que o contexto faria a diferença, mas que pode ser expresso da seguinte forma: usaremos *o esquema operatório* sempre que a questão for reunir padrões e normas na constituição de formas de determinação social, e usar o comportamento *governado por padrões* sempre que precisarmos diferenciar o padrão da norma abertamente acessível.

tal como este se mostra a nós. Mas essa não-identidade não é completa – uma cobertura parcial de um padrão pelo outro os torna *localmente compatíveis, embora não idênticos*<sup>42</sup>. Como Sohn-Rethel afirmou anteriormente, é necessário que os agentes estejam interessados nos *valores de uso* que estão sendo negociados para que a abstração de troca surja. Isso significa que um comportamento de obediência à norma pode ter coincidência parcial, mas não completa, com os padrões que são a expressão causal de sua reposição – por exemplo, na forma de capital. A autonomização do valor aqui é um efeito posterior da abstração da troca que ganha pilotagem na condução do processo, e *é por isso que o capitalismo* pode ser pensado como um espaço empobrecido de razões. Justin Evans tocou neste problema sem explicar a diferença entre padrão e norma:

Ao mesmo tempo, os próprios movimentos do valor independem dos indivíduos: não são o resultado de escolhas devidamente ponderadas, mas de um processo misterioso que não podemos compreender. Nesta interpretação, não é surpreendente que os indivíduos não possam se identificar com suas normas sociais, como Brandom acredita que devemos. Nossa norma social dominante sempre parecerá ser uma restrição aos nossos desejos, sejam eles individuais (eu gostaria de beber mais Borgonha, mas não posso – o que é estranho, se você se afastar um passo da vida cotidiana) ou coletivo (gostaríamos de mudar imediatamente para uma economia de baixo carbono, mas não podemos nos dar ao luxo – o que é ainda mais estranho). Para colocá-lo nos termos pós-wittgensteinianos que Brandom às vezes usa, o

<sup>42</sup> Estou em dívida aqui com a discussão contínua que venho desenvolvendo com o Subconjunto da Prática Teórica. Uma discussão sobre esse ponto está presente no vídeo de apresentação da obra de Giannotti <https://www.youtube.com/watch?v=na25gPs4-R0>.

capitalismo é um jogo, mas cujas regras tornam os resultados preferidos dos jogadores impossíveis<sup>43</sup>.

A não-coincidência entre padrão e norma se mostra *no interior espaço normativo* como uma restrição ao que é possível conforme a norma – como uma *limitação imanente*. Como é que o jogo sempre acaba em valor? Embora isso apareça no espaço das razões como um “papel descomunal” desempenhado pelo valor em nosso “jogo de dar e pedir por razões”, como afirma Evans, é porque o valor não é apenas uma norma, mas a própria *cola que conecta os agentes dentro do esquema operatório do Capital*, que produz como formas de sua aparência o conjunto de normas adstringidas aludido por Evans e McNulty.

Mas então surge a questão da tematização consciente do padrão. Se Giannotti apresentou pontos importantes contra a imagem althusseriana, aqui retemos algo desta última, pois o objeto de conhecimento, mesmo que constrangido pelo lado prático do uso da linguagem, indexado ao comportamento de obediência a normas, ainda é sempre apenas um *candidato explicativo*. Assim, o padrão conceituado não decorre imediatamente do comportamento padronizado, mas é minuciosamente formulado a partir do que nos parece ser o mundo social em que estamos – uma aparência que é mediada pelo esquema operatório. Reconstruir as mediações entre

---

<sup>43</sup>“At the same time, the movements of value itself are independent of individuals: they are not the result of properly considered choices, but of a mysterious process that we cannot understand. On this interpretation, it is hardly surprising that individuals cannot identify with their social norms, as Brandom believes we must. Our dominant social norm will always appear to be a constraint on our desires, whether those be individual (I would like to drink more red Burgundy, but I cannot afford to – which is weird, if you take a step back from ordinary life) or collective (we would like to shift immediately to a low-carbon economy, but we cannot afford to – which is even weirder). To put it in the post-Wittgensteinian terms that Brandom sometimes uses, capitalism is a game, but one whose rules make the players’ preferred outcomes impossible” (Evans, 2020, p. 14).

todas essas instâncias torna-se o objetivo expresso da reprodução do concreto-no-pensamento propalado pela crítica da Economia Política. Este é o momento da verdade da divisão althusseriana de *objeto real e objeto de conhecimento*. Qualquer objeto de conhecimento é um *candidato explicativo* que pode ou não ter sucesso em expressar como concreto em pensamento o que é concreto em ato.

## V. Trabalho intuitivo e conceitual.

Como havíamos expressado antes em nossa hipótese A:

A) se a abstração real é algo que *acontece* independentemente da cognição, parece constranger causalmente o comportamento, o que não implica estar em uma relação justificatória com outros conteúdos.

Uma lacuna sellarsiana havia sido deixada aberta e agora pode ser preenchida. Se conjugar independência e eficácia epistêmicas ao mesmo tempo configura uma forma do Dado, o problema era encontrar os meios pelos quais fechar a lacuna entre os conteúdos experienciais e a apreensão conceitual dentro do espaço das razões. Novamente, DeVries é útil:

Claramente, é importante que as relações de dependência epistêmica que ele está discutindo sejam de dois tipos ou “dimensões” diferentes. Caso contrário, a acusação de circularidade (que ele ainda deve trabalhar para evitar, como veremos) seria irresponsável. Uma das “dimensões” – a direção ascendente – é o que se esperaria: a observação fornece uma base a partir da qual podemos, indutivamente, inferir verdades empíricas gerais. Mas, por outro lado, relatos ou crenças podem ser

interpretados como conhecimento apenas se o sujeito que os faz for um conhecedor que, como conhecedor, comanda uma série de verdades e práticas gerais. Somente nesse caso eles ocorrem como itens no espaço lógico das razões<sup>44</sup>.

Não é difícil pensar aqui então conceitos como classe, forma-valor, abstração-de-troca, inicialmente como termos metodológicos investidos na realização da crítica da economia política, que possam ser aceitos como descritores reais de um processo real de constituição categorial, uma vez que seu âmbito explicativo é justificado. Poder-se-ia questionar o argumento por sua circularidade: como as categorias são extraídas por um sujeito que já possui categorias para realizar a extração?

Embora um sujeito cognitivo capaz de conceituar seja necessário para a apreensão da abstração real, isso não determina *a priori a constituição categorial específica* ativa nesta extração. Aqui, o círculo vicioso da questão se transforma em círculo virtuoso abrindo caminho para a reconciliação entre a história sellarsiana dos sucessivos quadros teóricos e a história marxista da determinação social pelos modos de produção. Embora devamos ter categorias para apreender qualquer coisa, não precisamos pressupor *quais* categorias e *tipos de pensamento* entram como restrições, como motivadores e como motivados pelos poderes de reconhecimento que possibilitam quando, como Sohn-Rethel diria, a mão encontra a

---

<sup>44</sup> “Clearly, it is important that the relations of epistemic dependence he is discussing be of two different types or “dimensions”. Otherwise the charge of circularity (which he must still work to avoid, as we shall see) would be unanswerable. One of the “dimensions” – the bottom-up direction – is what one would expect: observation provides a basis from which we can, inductively, infer general empirical truths. But in the other direction, reports or beliefs can be construed as knowledge only if the subject who makes them is a knower who, as knower, commands a number of general truths and practices. Only in that case do they occur as items in the logical space of reasons” (DeVries, 2005, p. 128).

cabeça. A passagem entre a abstração real e a conceitual é garantida pela prática social que já inclui habilidades linguísticas. Isso não quer dizer que as habilidades linguísticas *constituam* tais abstrações. Uma maneira de pensar isso que não caia no Dado é, ao invés de supor a *transmissão* dos conceitos específicos que estão em uso na origem da filosofia e na ciência matematizada a partir da abstração de troca, entender que esta última configura um novo *espaço de justificativas*<sup>45</sup>. A imagem de um Dado transmitido a partir de uma esfera – que ainda por cima é inconsciente – para a mente passa a ser reconfigurada nos termos de uma modificação do espaço inferencial advinda pelo aparecimento de novos padrões, quais sejam, aqueles relacionados à abstração de troca. É possível justificar as coisas de maneira diferente quando a abstração entra na esfera social. Mas isso não ocorre nem doxasticamente, como uma norma intencionada desde o seu início, nem perceptivamente, como algo a ser visto que “passa para” a mente, mas primeiramente no espaço causal, coagindo o comportamento como um padrão que é eventualmente apanhado no tecido inferencial sob um disfarce normativo específico que é a sua forma visível.

Isso está em ressonância com a discussão de Sohn-Rethel sobre duas formas de materialismo: por um lado, a ideia, encontrada em Engels e nos filósofos soviéticos criticados na parte IV de *Intellectual and Manual Labor*, da mente como *reflexo* do ser material natural; por outro lado, a ideia influenciada pela abordagem de George Thomson do ser *social* como origem das categorias da mente. A primeira forma se conforma amplamente com as concepções empiristas da mente como um espelho da natureza,

---

<sup>45</sup> Essa formulação surgiu em uma conversa com Gabriel Neves.

enquanto a segunda introduz a categoria de prática social como mediador e, em nossos próprios termos, um *conceito agregador* que permite relacionar a natureza e ser social em um só e mesmo complexo de ideias.

Assim, pelo menos à primeira vista, parece haver aqui uma certa incompatibilidade entre duas concepções materialistas, uma das quais traça os princípios do conhecimento até uma raiz em nosso próprio “ser social”; a outra derivando esses mesmos princípios do “mundo exterior” por “abstração” ou “reflexão”. Essa aparente incompatibilidade requer explicação, e a melhor maneira de fornecê-la é por meio do estudo sistemático das implicações do projeto de Thomson. Isso é tanto mais promissor quanto a teoria de Thomson confirma exatamente a ideia orientadora do materialismo histórico segundo a qual é o “ser social” dos homens que, como escreve Marx na passagem destacada, “determina sua consciência”<sup>46</sup>.

Isso mostra que, por meio do problema sellarsiano, revelou-se a necessidade de diferenciar internamente as habilidades que constituem o circuito entre o ser social e a consciência até o limiar entre o ser social e o natural. Deve existir um conjunto de habilidades resultantes da história biológica da espécie. Mas as categorias epistêmicas por meio das quais chegamos a *saber* o que é esse conjunto de habilidades são obtidas por meio do agrupamento de

---

<sup>46</sup> „Somit scheint hier, wenigstens auf den ersten Blick, eine gewisse Unvereinbarkeit zwischen zwei materialistischen Auffassungen vorzuwalten, von denen die eine die Erkenntnisprinzipien auf eine Wurzel in unserem eignen „gesellschaftlichen Sein“ zurückführt, die andere sie im Wege der „Abstraktion“ oder „Widerspiegelung“ aus der „Außenwelt“ ableitet. Diese anscheinende Diskrepanz drängt nach einer Klärung, und diese kann am besten mithilfe einer systematischen Ergründung der Implikationen von Thomsons Auffassungsweise herbeigeführt werden. Dies scheint umso lohnender, als die Theorie Thomsons aufs genaueste die leitende Idee des historischen Materialismus bewahrheitet, wonach es das „gesellschaftliche Sein“ der Menschen ist, „dass ihr Bewußtsein bestimmt“, wie Marx es im eingangs zitierten Satz formuliert“ (Sohn-Rethel, 2018. p. 145-146).

atividades historicamente determinadas que produzem cognição historicamente determinada. Isso significa que a prática social deve fornecer a alavanca entre as cadeias causais e justificatórias. Aqui nos aproximamos de um limite para a explicação: não é o ser social, mas o ser natural das criaturas criadoras de conceitos que somos que explica o que é, *em última análise, o pensamento* no sentido ontológico. Mas não se trata de remeter para a história natural o problema constitucional das categorias de nosso entendimento, mas de dar à história social o que lhe é devido no processo pelo qual sucessivos enquadramentos categoriais são construídos (como em Sellars), que são capazes de aproximar-se assintoticamente de mundos independentes da mente, motivadores e motivados por sucessivas formas sociais (conforme Sohn-Rethel).

É também, nesse sentido, que a ideia Marxiana do ser social determinando a consciência é equivalente à frase de Putnam “a mente e o mundo constituem conjuntamente a mente e o mundo”<sup>47</sup>, pois os limites entre um e outro estão sendo constantemente renegociados pela admissão de entidades postuladas como concretamente reais – o que veremos em mais detalhes a seguir –, em uma dialética propriamente materialista que é solidária de um realismo transcendental.

## VI. Ver e ver-como.

---

<sup>47</sup> Putnam, 1995, p. 1

Uma última especulação que gostaríamos de oferecer não tem a ver com a sucessão diacrônica de categorias cognitivas e os circuitos entre estas e as formas sociais, mas com uma apreensão *sincrônica* da determinação multiescalar do real. Esta corresponderia a uma crítica de uma suposta terceira forma do Dado.

Há outro ponto importante a ser entendido sobre a observação: não há um conjunto fixo de características de objetos físicos ao qual as observações sejam limitadas. Ou seja, não há um limite claro ou baseado em princípios para o vocabulário que pode aparecer apropriadamente nos enunciados de observação. Podemos formar crenças observacionais não inferenciais sobre bolas vermelhas diante de nós, mas, com treinamento adequado, também podemos produzir relatos diretos e não inferenciais da localização de um quasar ou de uma partícula  $\alpha$  em uma câmara de Wilson. É necessário apenas que os relatos observacionais sejam respostas confiáveis, qualquer que seja o vocabulário usado. Sellars acredita que existe um vocabulário especial que empregamos em enunciados observacionais “minimalistas”, isto é, enunciados observacionais nos quais arriscamos o mínimo possível evitando avançar (ou retroceder) um nível ao caracterizar nossa experiência em vez do mundo<sup>48</sup>.

Este é um tópico complexo na filosofia de Sellars, mas a ideia básica é que a imagem científica surge através de entidades não observáveis postuladas que são tomadas como explicadoras de

---

<sup>48</sup> “But this means, of course, that no giving of reasons for adopting a language game can appeal to premises outside all language games. The data of the positivist must join the illuminatio of Augustine. In other words, instead of justifying nomologicals by an appeal to observation statements the predicates of which would have conceptual meaning independently of any commitment to laws, the problem is rather that of deciding which conceptual meaning our observation vocabulary is to have, our aim being so to manipulate the three basic components of a world picture, (a) observed objects and events, (b) unobserved objects and events and (c) nomological connections, so as to achieve a world picture with a maximum of “explanatory coherence”. In this reshuffle, no item is sacred. On the other hand, it is obviously reasonable to preserve the achievement status of as many observation claims as possible, for the more we preserve, the more the world picture we select is “based on observational evidence” (DeVries, 2005, p. 120).

comportamentos observáveis – por exemplo, a postulação de moléculas cujo comportamento é tomado como explicando a dinâmica de um gás em uma câmara. Aqui, Sellars lida com a conhecida distinção empirista entre *observação* e *teoria*. Na posição empirista, a *observação* se refere a correlações justificadas indutivamente entre os objetos molares “dados” na experiência, enquanto a *teoria* propõe *explicadores* em termos dos quais essas correlações justificadas indutivamente podem ser entendidas – explicadores cuja adoção, por sua vez, permite mais poder preditivo. O que faz Sellars é conceituar observação *no sentido empirista* como “percepção propriamente dita”, entendida como o que se vê *do objeto*; enquanto “observação teórica” refere-se ao *como se vê o objeto* (no sentido de *ver algo como algo* – subsumindo um conteúdo dentro de um conceito que atribui ao conteúdo formas determinadas de conexão com outros conteúdos). Ambos os tipos de observação são *conceitualmente carregadas* para Sellars – não há observação “virgem”, mas uma, o segundo tipo, é *teoricamente* carregada, no sentido de emergir da adoção de conceitos teóricos que não se atinem diretamente a características manifestas de objetos perceptíveis (no sentido da “percepção propriamente dita”). Portanto, a *observação* em sentido amplo para Sellars é libertada de suas restrições estritamente empiristas, ainda que um lugar seja reservado para a “percepção propriamente dita” cotidiana dos objetos molares. O que diferencia essa explicação de uma abordagem *instrumentalista*, que trata as entidades científicas como meros auxiliares (com os quais não nos comprometemos ontologicamente) na formulação de hipóteses científicas – o que é garantido nessas teorias pelo limite fixo entre observação e teoria – é que Sellars pensa eventualmente que essas entidades teóricas devem ser tratadas

como entidades reais, uma vez estabelecido seu papel explicativo. Eles se tornam uma segunda natureza daquele que aprende a ver como conforme elas. Como James O' Shea expressa:

Se alguém perguntar a um químico ou físico no laboratório, “Quais são as generalizações observacionais ou leis empíricas estabelecidas – não importando se são leis sem exceções ou apenas generalizações estatisticamente altamente prováveis – que eu possa tomar como certas e confiar como base ou como dados empíricos sólidos?”, a resposta normalmente não virá na forma de regularidades observacionais manifestas ( $O_i \supset O_j$ ), mas sim como generalizações observacionais contaminadas pela teoria ( $*O_i \supset *O_j$ )<sup>49</sup>.

Este é o cerne do realismo científico de Sellars, o que significa que há um *trânsito* entre o que já foi postulado como parte de uma estrutura explicativa (sem compromisso ontológico) e uma aceitação dessas entidades em nossa imagem científica/ontologia fundamental, tendo o ideal regulador de ciência completa em mente.

Mas isso significa, é claro, que nenhuma justificativa para a adoção de um jogo de linguagem pode apelar para premissas fora de todos os jogos de linguagem. Os dados do positivista devem juntar-se à *illuminatio* de Agostinho. Em outras palavras, em vez de justificar [sentenças] nomológicas por meio de um apelo a afirmações observacionais, cujos predicados teriam significado conceitual independentemente de qualquer compromisso com leis, o problema é antes decidir qual significado conceitual nosso vocabulário de observação deve ter, sendo nosso objetivo manipular os três componentes básicos de uma imagem do

---

<sup>49</sup> “If one asks a chemist or a physicist in the lab, ‘What are the established observational generalizations or empirical laws – whether they be exceptionless laws or only statistically highly probable generalizations does not matter – that I may take for granted and rely upon as bottom-level [1] or hard empirical data?’, the answer will typically not come in the form of manifest observational regularities ( $O_i \supset O_j$ ) but rather as theory contaminated observational generalizations ( $*O_i \supset *O_j$ )” (O’Shea, 2007, p. 37).

mundo, (a) objetos e eventos observados, (b) objetos e eventos não observados e (c) conexões nomológicas, de modo a obter uma imagem do mundo com o máximo de “coerência explicativa”. Nesta remodelação, nenhum item é sagrado. Por outro lado, é obviamente razoável preservar o *status* de tantos enunciados observacionais quanto possível, pois quanto mais preservamos, mais a imagem de mundo que selecionamos é “baseada em evidências observacionais”<sup>50</sup>.

Aqui, temos uma maneira de explicar a abstração propriamente teórica que emergiu nas seções IV e V, em que a abstração real foi considerada como uma atividade governada por padrões, o que, por sua vez, levantou a questão da tematização do próprio padrão pela teoria, trazendo no seu bojo a questão althusseriana novamente articulada do *objeto teórico*. A questão é que, embora a abstração real possibilite o próprio desdobramento do padrão, ainda há uma descrição dele que pode ser moldada de diferentes maneiras<sup>51</sup>. A ascensão do padrão à norma não vem já embutida com seu inverso: a descida da norma determinada pelo padrão à (conceitualmente constituída, portanto, normativamente constituída) explicação do padrão que a determina. Estes dois

<sup>50</sup> “But this means, of course, that no giving of reasons for adopting a language game can appeal to premises outside all language games. The data of the positivist must join the *illuminatio* of Augustine. In other words, instead of justifying nomologicals by an appeal to observation statements the predicates of which would have conceptual meaning independently of any commitment to laws, the problem is rather that of deciding which conceptual meaning our observation vocabulary is to have, our aim being so to manipulate the three basic components of a world picture, (a) observed objects and events, (b) unobserved objects and events and (c) nomological connections, so as to achieve a world picture with a maximum of “explanatory coherence”. In this reshuffle, no item is sacred. On the other hand, it is obviously reasonable to preserve the achievement status of as many observation claims as possible, for the more we preserve, the more the world picture we select is “based on observational evidence” (Sellars, 1963, p. 356).

<sup>51</sup> Um tratamento original desse problema da passagem entre um campo *metodológico* a um campo *ontológico* das entidades teóricas é a dissertação de mestrado de Henrique Rondinelli *Um garfo conceitual e suas implicações nas polidimensões do discurso* (Rondinelli, 2019).

movimentos podem ser classificados respectivamente como a função condicionante e a função descritiva dos padrões – que, por sua vez, são respectivamente logicamente anteriores e logicamente posteriores à sua forma abertamente normativa –, no sentido de que a primeira incide sobre a *formação* da norma e a segunda aparece como aplicação da linguagem formada (enquanto norma) no processo de reconhecimento do padrão que a condiciona. Como havia dito Reza Negarestani, as “atividades conceituais são comportamentos governados por padrões que (...) permitem o reconhecimento de qualquer outro comportamento governado por padrões na natureza”<sup>52</sup>.

As três dimensões de explicação mencionadas por Sellars – objetos e eventos observados, objetos e eventos não observados e conexões nomológicas entre eles – conspiram para constituir uma imagem de mundo maximamente coerente, no sentido de que o não observado se torna consistente com o observado por meio de hipóteses nomológicas que os relacionam entre si. Mas o momento *epistemológico* da criação de imagens de mundo depende de uma constituição *ontológica* por meio dos padrões que deram origem às habilidades explicativas que são postas em prática naquelas, mas uma constituição ontológica que só pode ser vista e hipotetizada a partir do ponto de vista da norma constituída – a face visível dos padrões reais.

Reconhecemos, aqui, o momento de verdade da ideia de objeto teórico de Althusser como o aparecimento do padrão dentro da linguagem sob o disfarce de sua descrição “científica”. Nesse contexto, a diferença entre Ideologia e Ciência, no sentido

---

<sup>52</sup> Negarestani, 2018, p.110.

althusseriano, torna-se a diferença entre normas produzidas pela função constrictiva de padrões não reconhecidos e normas como quadros descritivos criados por meio do espaço de justificações assim erguido. A crítica do Dado é profunda no sentido de que mesmo os veres-como através dos quais reconhecemos os objetos no mundo são, em um sentido qualificado, *teoricamente carregados*, sendo o resultado de categorizações específicas que decorrem de, e produzem novas práticas sociais posteriores. Assim, enquanto podemos reconhecer um gás como um conjunto de moléculas, o mesmo vale para nossa relação com as escalas superiores: conceitos como classe, valor, sociedade, Estado *etc.* tornam-se operativos, à medida que se tornam arraigados, não apenas no interior de suas teorias de origem, mas enquanto formas de ver o mundo.

Essa explicação, se aplicada à compreensão do padrão capitalista, parece acarretar diferentes entendimentos do conceito de ideologia. Beverley Best distingue dois conceitos diferentes de ideologia em ação na tradição marxista:

No entanto, desde a formulação de Marx do conceito de ideologia (como quer que seja entendido) até o presente, muitas versões alternativas e, muitas vezes, concorrentes da crítica da ideologia foram propostas, a maioria das quais, por mais diversas que sejam, podem ser caracterizadas ou como críticas ou como neutras, baseado nas duas orientações seguintes: 1) uma formulação crítica postula a ideologia como uma economia perceptiva particular que é uma dimensão espontânea e orgânica do modo de produção capitalista e, portanto, historicamente específica a este modo, e que funciona para estabilizar e auxiliar na reprodução das relações sociais exploradoras que são a substância do capital; 2) uma formulação neutra, por outro lado, postula a ideologia como a modalidade pela qual os sujeitos se unem em um grupo social maior,

coletividade ou bloco histórico (para tomar emprestado o termo de Gramsci), nas palavras de Stuart Hall, as “imagens, conceitos e premissas que fornecem as estruturas através das quais representamos, interpretamos, compreendemos e “entendemos” algum aspecto da existência social”<sup>53</sup>.

A explicação aqui perseguida não se decide apenas por um ou outro conceito. Enquanto houver uma possibilidade de *desencontro entre norma e padrão*, estamos lidando com o que Best considera a formulação *crítica* da ideologia, no sentido já mencionado de esquemas operatórios sendo distorcidamente reconhecidos em seu funcionamento, uma distorção que pode ou não ser necessária para seu próprio funcionamento imanente. Mas, ao mesmo tempo, autoconcepções que podem ser chamadas de *ideológicas*, no sentido *neutro*, informam práticas como comportamentos de obediência a normas que são orientados por constelações de conceitos que estão embutidos nos jogos de linguagem que são parte das imagens de mundo (“world pictures”) que compõem as formas de vida. O próprio artigo de Best, embora defenda a utilidade e a importância de um retorno de uma forma específica de conceito

---

<sup>53</sup> “Nonetheless, from Marx’s formulation of the concept of ideology (however that is understood) to the present, many alternative and, often, competing versions of ideology-critique have been offered, most of which, however diverse, can be characterised as either critical or neutral formulations based on the following two orientations: 1) a critical formulation posits ideology as a particular perceptual economy that is a spontaneous and organic dimension of the capitalist mode of production and therefore historically specific to it, and which functions to stabilise and aid in the reproduction of the exploitative social relations that are the substance of capital; 2) a neutral formulation, on the other hand, posits ideology as the modality by which subjects cohere into a larger social group, collectivity, or historic bloc (to borrow Gramsci’s term), in Stuart Hall’s words, the “images, concepts and premises which provide the frameworks through which we represent, interpret, understand and “make sense” of some aspect of social existence” (Best, 2015, p. 105).

*crítico* de ideologia, aponta para a coexistência e interrelação de ambos os tipos de conceitos.

Em vez disso, as formulações críticas e neutras da operação ideológica são distintas, porém articuladas na reprodução capitalista, os dois modos de ideologia operam dentro de registros ontológicos e epistemológicos distintos, e uma análise abrangente da reprodução capitalista requer a captura tanto dessa distinção quanto do modo de sua articulação. Uma maneira de caracterizar tanto a distinção quanto a articulação de concepções críticas e neutras de ideologia é a seguinte: a economia perceptual do capital estabelece a fundação, blocos de construção ou “matéria-prima” para o desenvolvimento de imaginários coletivos, senso comum, e assim por diante. Por exemplo, é uma tendência dentro da economia perceptual do capital colocar em primeiro plano a categoria do agente individual na consciência cotidiana, ao mesmo tempo em que deixa de lado a categoria da agência coletiva<sup>54</sup>.

O parágrafo apresenta um problema interessante a ser perseguido: detalhar as diferenças entre (1) uma *função pragmática* de conceitos embutidos em compromissos doxásticos de membros de uma comunidade linguística (que é semelhante à ideologia no *sentido neutro*; (2) as abstrações *reais* que são independentes dos compromissos doxásticos, como a forma-valor (os padrões reais do Capital); e (3) a relação que Best descreve de roteamento e filtragem

---

<sup>54</sup> “Rather, the critical and neutral formulations of the ideological operation are distinct but articulated; in capitalist reproduction, the two modes of ideology operate within distinct ontological and epistemological registers, and a comprehensive analysis of capitalist reproduction requires capturing both this distinction and the mode of their articulation. One way of characterising both the distinction between, and articulation of, critical and neutral conceptions of ideology is as such: the perceptual economy of capital establishes the foundation, building blocks, or “raw material” for the development of collective imaginaries, common sense, and so on. For example, it is a tendency within the perceptual economy of capital to foreground the category of the individual agent in everyday consciousness while sidelining the category of collective agency” (Best, 2015, p. 106).

do primeiro através do segundo (uma filtragem que explica o *sentido crítico da ideologia* em sua abordagem). Mas o conceito de sentido crítico da ideologia que Best está propondo tem uma outra consequência:

Alternativamente, a orientação radicalmente histórica de uma teoria crítica da ideologia pressupõe a possibilidade de um cenário de “fim da ideologia”; de fato, o prospecto do fim da ideologia é o principal impulso de tal crítica da ideologia. Como sabemos, para Marx, a formação capitalista não é uma dinâmica de formas sem conteúdo; pelo contrário, é animada por um conteúdo muito específico: o trabalho socializado submetido às lógicas/leis do mercado. Como exploramos anteriormente, esse conteúdo não se revela diretamente à percepção ou observação, mas se expressa em várias formas fenomênicas, e a dinâmica entre esse conteúdo e suas formas de expressão é precisamente o que chamei de operação ideológica<sup>55</sup>.

Aqui, ela aponta para uma diferença entre o conceito neutro e crítico de ideologia em termos de uma *consequência política*: a perspectiva do fim da ideologia que está embutida no conceito crítico. Isso significa que, enquanto a caracterização de Best da ideologia como um meio de aparição do Capital presta-se a sustentar a eficácia das normas nas quais nos engajamos no capitalismo, também sugere um possível fim para a ideologia a ser trazido pelo fim do próprio capitalismo. Isso parece sugerir que a imagem sellarsiana

<sup>55</sup> “Alternatively, the radically historical orientation of a value theory of ideology does presuppose the possibility of an “end of ideology” scenario; indeed, the end-of-ideology scenario is the principal thrust of such a critique of ideology. As we know, for Marx, the capitalist formation is not a content-less dynamic of forms; on the contrary, it is animated by a very specific content: socialised labour subjected to market logic/laws. As we explored earlier, this content does not reveal itself directly to perception or observation, but expresses itself in various phenomenal forms, and the dynamic between this content and its forms of expression is precisely what I have called the ideological operation” (Best, 2015, p. 132).

parece estar mais próxima do conceito *neutro* de ideologia – portanto, da ideia *transhistórica de que uma ideologia historicamente específica* é ineliminável em cada época, pois constitui uma *imagem de mundo* por meio de nossos comprometimentos nomológicos do momento.

Nesse sentido, no quadro sellarsiano parece que o elemento ideológico não poderia ser retirado do funcionamento das criaturas habitantes do conceito (“concept mongering creatures”), estando relacionado com os veres-como e apareceres-como específicos que informam seus mundos. Ao mesmo tempo, o postulado de uma ciência completa em Sellars, que dá a seu sistema uma tendência realista, parece ser exatamente o que a tese do fim da ideologia pode ser. Deve-se resistir a essa identificação, porém, uma vez que a ciência completa é uma ideia reguladora em Sellars, não necessariamente pensável como um estado atingível real e, por conta da constituição das imagens de mundo e da necessidade dos quadros de referência lógico-normativos para estas, é sempre, no sentido lógico, uma imagem do mundo, mesmo que seja uma imagem do mundo maximamente verdadeira<sup>56</sup>. Aqui, o *conceito crítico de ideologia* revela ter como objeto um *subconjunto* das

---

<sup>56</sup> Isso tem consequências para o conceito de *Worldmaking* que surgiu no discurso político e filosófico atual em certas áreas. Embora tendo sua origem não em Sellars, mas em Nelson Goodman, o conceito tem sobreposições importantes com o que está sendo chamado de “imagens do mundo” neste artigo, na medida em que a “construção do mundo” não é o resultado de um capricho ou vontade de criar mundos, mas é parte integrante do uso de conceitos como tal. Para Goodman, isso se funda no próprio modo como as estruturas teóricas funcionam, definindo imanentemente seus próprios termos e relações. Recentemente, essa noção de construção do mundo foi mobilizada para pensar a política revolucionária, como uma espécie de *imaginação* de mundos, desvinculada dos problemas teóricos muito reais que a originaram. Isso não quer dizer, por outro lado, que a ideia não tenha importância para a prática política, como sugere a discussão sobre ideologia aqui desenvolvida, em termos das possíveis maneiras de ver que diferentes imagens de mundo possibilitam, que podem, por sua vez, contribuir para entender nossas condições atuais e encontrar maneiras de mudá-las. A ideia foi retomada e desenvolvida de forma original por Cássia Siqueira no texto “Subvertendo o solo áspero”, publicado neste volume.

formações ideológicas que correspondem às formas de organização que assumem as sociedades históricas. Nesse sentido, o objeto do conceito crítico que Best apresenta deve ser mapeado enquanto descompasso *específico entre o padrão capitalista* e sua aparência enquanto norma; por outro lado, o conceito neutro deve ser compreendido como a ideia de que qualquer padrão que esteja determinando o comportamento deve *aparecer de alguma forma* no espaço normativo, com a condição de que tal aparência como norma *não seja necessariamente adequada* ao padrão de que é a aparência – implicando assim outras formas possíveis de ideologia no sentido crítico, mas não necessariamente capitalistas. Assim, o conjunto de imagens de mundo possíveis é maior do que o conjunto de imagens de mundo acarretadas pelo esquema operatório capitalista.

## VII. Sobre a concretude das abstrações.

Desenvolvemos até aqui um conjunto específico de condições sob as quais o que apresentamos como sendo a tese “forte” de Sohn-Rethel – a da transmissão da abstração real para a mente – pode ser desdobrada como um circuito que envolve tanto as categorias sociais que organizam as normas de uma comunidade, quanto a composição natural-biológica de um agente cognitivo, cuja concepção de si evolui em conjunto com seu ser social. Este conjunto de condições exigia uma diferenciação entre padrão e norma, e uma explicação das capacidades descritivas da linguagem enquanto meio normativamente articulado, que, por sua vez, professava uma certa divisão de trabalho entre sensibilidade e conceito, em que ambos são participantes do circuito historicamente ativo de determinações

mútuas. Isso colocou o problema da ideologia – tanto em seu sentido neutro, quanto em seu sentido crítico. Aceitamos a ideia de *interrelação* entre os dois conceitos de ideologia propostos por Best. O conceito neutro corresponde a uma certa *imagem do mundo* como Sellars o compreenderia; o conceito crítico corresponde ao mascaramento das operações do Capital enquanto modo de produção historicamente situado. Portanto, parece que o espaço da ideologia em geral (no sentido neutro) é maior do que o espaço da ideologia tal como aparece na formação social capitalista (no sentido crítico).

Isso tem uma notável semelhança com uma tese que foi apresentada anteriormente pelo Subconjunto de Prática Teórica (*Subset of Theoretical Practice* – a partir daqui STP).

Contra o que continua sendo a principal estratégia teórica da esquerda – isto é, propor melhores descrições de nossa realidade social atual, de tal forma que nossa teoria seja capaz de localizar e expressar as inconsistências e fraquezas de nosso sistema social de maneiras que representações conservadoras não podem – queremos que nosso espaço teórico seja infinitamente mais rico que nosso mundo social, para que as formações sociais capitalistas possam aparecer nele como soluções particulares dentro do espaço mais amplo de outras soluções possíveis para problemas gerais de coordenação social, alocação de recursos e livre associação. A estratégia de regionalizar ou situar os parâmetros de nossa formação social tem efeitos profundos tanto na construção teórica quanto na prática política, pois o primeiro sintoma de um quadro teórico mais amplo é sua capacidade de reformular os problemas em seus próprios termos, significando que, dentro desse quadro, o comunismo se torna a teoria

de como resolver problemas comunistas, e não capitalistas<sup>57</sup>.

No parágrafo citado, o STP oferece algo como uma *conjectura*, a ser comprovada pela organização concreta, que poderia ser expressa basicamente como a ideia de que o espaço das *formas sociais possíveis* é maior que o espaço das formas sociais *capitalistas*. Se esta hipótese – considerada pelo grupo como a *hipótese comunista* – é sólida, poderíamos agora reformular, à luz do parágrafo de STP, todo este ensaio como uma tentativa de examinar o problema da abstração real de uma forma que, se compatibilizada com o quadro sellarsiano, justificaria a hipótese de uma capacidade de resposta sensível das organizações sociais. Neste sentido, elas têm diferentes capacidades de fornecer informações sobre o mundo em que operam. Por exemplo, uma organização comercial, digamos, uma rede de lojas de departamentos, é especialmente sensível aos movimentos de seu nicho de mercado, custos de transporte e suprimentos, enquanto um movimento de habitação social, ocupando prédios abandonados, terá uma noção dos preços mais baixos do aluguel e dos movimentos das forças repressivas do Estado em diferentes áreas da cidade. Pode-se considerar, por exemplo, como esses dois podem mapear toda a cidade de maneira diferente de

---

<sup>57</sup> “Against what remains the main theoretical strategy of the Left – that is, proposing better descriptions of our current social reality in such a way that our theory is capable of locating and expressing the inconsistencies and weaknesses of our social system in ways that conservative depictions cannot – we want our theoretical space to be infinitely richer than our social world, so that capitalist social formations might appear within it as particular solutions within the broader space of other possible solutions to general problems of social coordination, allocation of resources and free association. The strategy of regionalizing or situating the parameters of our social formation has profound effects both to theoretical construction as well as to the practice of politics, since the first sign of a broader theoretic framework is its capacity to reformulate problems in its own terms, meaning that, within this framework, communism becomes the theory of how to solve communist problems, and not capitalist ones” (STP, 2020, p. 401).

acordo com seus próprios interesses específicos e possibilidades de ação. Embora a empresa possa estar interessada em ter uma filial em áreas mais centrais e que possa ter mais fluxo de compradores para seu produto, a ocupação buscará propriedades abandonadas em locais menos visados pela polícia. Eles respondem diferentemente a diferentes estímulos/condições. Dependendo de suas composições (os elementos humanos e não humanos que fazem parte da organização) e de suas interações típicas (os tipos de coisas que fazem diferença para eles), eles extraem, assim, diferentes tipos de inteligibilidade dos mundos que habitam, produzindo *mapas* que resultam de diferentes conjuntos de sensores<sup>58</sup>. Do ponto de vista do agente individual, isso equivale a uma forma de *raciocínio segregado*<sup>59</sup>, em que a reatividade de um sistema social é colocada em atrito cognitivo com a hipótese experimental a ser testada, que incide sobre o esquema operatório que constitui a organização. Os possíveis tipos de transitividade entre a sensibilidade da organização em geral detectada em sua própria escala mereológica e a escala do agente cognitivo estão em jogo, portanto, na determinação dos veres-come de experimentos políticos-*como-experimentos*, no sentido de estes verificarem as consequências da adoção de hipóteses organizacionais específicas.

Ou seja, entender as condições que tornam os esquemas operatórios em questão o que eles são, possibilita fazer *experimentos políticos* que extraem informações da interação entre organização e ambiente por meio da variação de suas formas de operação e dos tipos de reação externa que estas variações

---

<sup>58</sup> Isso foi proposto dentro do Subconjunto da Prática Teórica como uma divisão do trabalho que percorre a tríade composição-interação-inteligibilidade no *Atlas of Experimental Politics*, e foi retomado no último texto publicado do coletivo (STP, 2022).

<sup>59</sup> Estou em dívida com Yuan Yao por esta expressão.

provocam. Mas se o *espaço ideológico*, ou o espaço das imagens do mundo no sentido sellarsiano, é maior do que o espaço gerado pela forma-mercadoria, ainda há uma diferença entre esse *espaço teórico de pensamento* e o *espaço real de organizações*, que exige a definição das condições nas quais a hipótese comunista como fora definida possa prevalecer.

Se este projeto em geral aposta na regionalização – a criação de quadros localizados – para pensar diferentes formações sociais reais e imaginárias, a abstração-equivalência torna-se apenas um (embora muito importante) tipo de abstração que poderia conformar uma realidade social – como mencionado no parágrafo do STP –, transformando problemas capitalistas em problemas comunistas, expandindo os mundos que as organizações habitam através do processo experimental de testagem e expansão de sua sensibilidade. Como Tupinambá expressa: “formas sociais, como a forma-valor, tornam-se racionais – isto é, entram em relações de proporção que tornam certas de suas propriedades legíveis – através do mesmo processo que as torna reais”<sup>60</sup>. Mas para que essas abstrações se tornem legíveis para nós, é preciso reconhecer o padrão, e intervir nele implica transformá-lo em regra. Se nossa cognição pode ser *calibrada* para ver em diferentes escalas e pressupor diferentes conjuntos de categorias, uma dimensão resultante pode ser acrescentada à política aqui buscada: a simultaneidade sincrônica de diferentes veres-como – adquiridas por meio do engajamento concreto com os experimentos organizacionais que constituem nossa prática política.

---

<sup>60</sup> “social forms, such as the value-form, become rational - that is, enter into relations of proportion which make certain of its properties legible - through the very same process that renders them actual” (Tupinambá, 2016, p. 159).

**Referências:**

- ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Tradução Maria Leonor F.R. Loureiro. Unicamp, Campinas, 2018.
- BEST, B. “Distilling a value form of Ideology from Volume Three of *Capital*” in *Historical Materialism*, 23. 3 (2015), p. 101-141
- DEVRIES, W. *Wilfrid Sellars*, Montreal, Quebec: McGill-Queens University Press, 2005
- EVANS, J. “Capitalism as a space of reasons: Analytic, neo-Hegelian Marxism?” in *Philosophy and Social Criticism* pp 1-25. v, 47, n.7, jun.2020.
- GIANNOTTI, J. A. “Contra Althusser” In: *Exercícios de Filosofia*, Petrópolis: Vozes, 1980
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e Reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo, Expressão Popular, 2008
- McNULTY, J. “Frankfurt School Critical Theory as Transcendental Philosophy: Alfred Sohn-Rethel’s Synthesis of Kant and Marx”, in *Journal of the History of Philosophy*, Volume 60, Number 3, July 2022, pp. 475-501
- NEGARESTANI, R. *Intelligence and Spirit*, p. 110. London, Urbanomic, 2018
- O’SHEA, J. *Wilfrid Sellars: Naturalism With a Normative Turn*, Cambridge (UK): Polity Press, 2007
- PUTNAM, H. *The Many Faces of Realism*. Chicago: Open Court, 1995
- RONDINELLI, H. *Um garfo conceitual e suas implicações nas polidimensões do discurso*. IFCS-UFRJ, 2019  
[https://www.academia.edu/85449465/Um\\_garfo\\_conceitual\\_e\\_suas\\_implica%C3%A7%C3%B5es\\_nas\\_polidimens%C3%B5es\\_do\\_discurso](https://www.academia.edu/85449465/Um_garfo_conceitual_e_suas_implica%C3%A7%C3%B5es_nas_polidimens%C3%B5es_do_discurso)
- SELLARS, W. *Science, Perception and Reality*. New York: Humanities Press, 1963
- SELLARS, W. “Foundations for a Metaphysics of Pure Process [The Carus Lectures]”, *The Monist* 64, 1981.  
<http://www.ditext.com/sellars/carus.html> ,retrieved in 08/12/2022
- SELLARS, W. *Empirismo e filosofia da mente*. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis, Vozes, 2008.
- SIQUEIRA, C. “Subvertendo o solo áspero”. In: *Crise e crítica*, 2023, neste volume
- SOHN-RETHEL, A. *Geistige und körperliche Arbeit- Theoretische Schriften 1947-1990, Teilband I*. Freiburg, ça ira-Verlag, 2018

SOHN-RETHEL, A. *Intellectual and Manual Labour: A critique of epistemology*. Leiden/Boston, Brill, 2021

STP. “Contribution to the Critique of Political Organization: Outline of An Ongoing Research Project”, *Crisis and Critique*, 2020.

<https://crisiscritique.org/uploads/24-11-2020/gabriel-tupinambaet-al.pdf>

STP. “Atlas of Experimental Politics” in: SUM. *Journal for Contemporary Art Criticism and Theory*. Issue #17: Meta-futures, 2021 pp. 2313-

<https://www.sum.si/journal-articles/atlas-of-experimental-politics>

STP. “Working through political organizations: Current results of the Subset of Theoretical Practice (2021-2022)”, *Crisis and Critique*, 2022

<https://www.crisiscritique.org/storage/app/media/nov-25/subset-of-theoretical-practice.pdf>

TOSCANO, A. “The Open Secret of Real Abstraction”, *Rethinking Marxism* 20 (2), 2008, pp. 273-287

TUPINAMBÁ, G. “Freeing thought from thinkers: A case study”, *Continental Thought and Theory*, v.1, n°1, 2016, p. 156-193.

WILLIAMS, M. *Blind Obedience: Paradox and Learning in the later Wittgenstein*. London and New York: Routledge, 2014

ŽIŽEK, S. *The Sublime Object of Ideology*, London: Verso, 1989.